

ISCTE  IUL
Instituto Universitário de Lisboa

Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

Ensino Superior e Mercado de Trabalho em Cabo Verde

A Inserção no Mercado de Trabalho dos Diplomados em Ciências Sociais.

Carla Jeruisa Das Neves Monteiro Sabino

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Economia e Políticas Públicas

Orientador:

Doutora Helena Maria de Sousa Lopes – Professora Associada com agregação
(ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa)

Setembro de 2017



Instituto Universitário de Lisboa

Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

Ensino Superior e Mercado de Trabalho em Cabo Verde

A Inserção no Mercado de Trabalho dos Diplomados em Ciências Sociais.

Carla Jeruisa Das Neves Monteiro Sabino

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Economia e Políticas Públicas

Orientador:

Doutora Helena Maria de Sousa Lopes – Professora Associada com agregação
(ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa)

Setembro de 2017

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de endereçar o meu especial apreço a professora Helena Lopes, por ter aceitado ser minha orientadora. Pela dedicação paciência compreensão e disponibilidade nesta batalha que foi a elaboração desta dissertação. Um grande obrigado pelos conhecimentos que me foram transferidos.

A todo o corpo Docente do ISCTE-IUL, em especial aos docentes do mestrado em economia e políticas públicas, aos meus colegas do mestrado, um muito obrigado pelos ensinamentos e pelo incentivo

A minha família, em especial aos meus irmãos, que me aturaram durante todo esse processo. A minha mãe, as minhas tias e tios, a minha grandiosa avó, um obrigado é pouco para expressar a gratidão pela preciosa ajuda e suporte emocional, demonstrada durante todo o meu percurso académico em especial no mestrado e na minha vida.

Aos meus amigos, que sem os seus apoios carinho e amizade o caminho percorrido na elaboração da dissertação sem dúvida seria mais doloroso.

Ao meu adorado tio José Monteiro, pela confiança inculcada ao longo de toda a minha vida e jornada académica, meu apreço e amor serão eternos.

Sem vocês nada disso seria possível

Um bem-haja à todos,

RESUMO

O ensino superior e o mercado de trabalho nos últimos anos têm sofrido profundas transformações derivadas das alterações de domínio económico científico e tecnológico. Com maior ou menor impacto consoante o nível de desenvolvimento e capacidades de absorção dos recursos humanos, a democratização do ensino superior nas sociedades conduziu ao ensino em massa e a precarização do trabalho em particular nos jovens licenciados.

Cabo Verde é um país também marcado pelas novas dinâmicas educacionais e de emprego, onde a massificação do ensino superior é um problema a resolver. Baseado num modelo de ensino onde prevalece a igualdade de oportunidade e de acesso liberalizado as instituições de ensino, o número de formados a sair dessas instituições é cada vez maior. Neste modelo o país enfrenta sérios desafios de empregabilidade para os jovens, principalmente para os diplomados em ciências sociais.

Sendo assim a investigação aborda a relação entre ensino superior e mercado de trabalho, os desafios problemas e uma melhor compreensão das perspetivas dos jovens diplomados nas ciências sociais sobre o mercado de trabalho e do acesso a mesma.

Palavras-chaves: Ensino Superior, Mercado de Trabalho, Desemprego,

ABSTRACT

Higher education and the labor market in recent years have undergone profound transformations resulting from changes in the scientific, technological and economic domains. With a greater or lesser impact depending on the level of development and the capacity to absorb human resources, the democratization of higher education in societies led to mass education and the precariousness of work in particular among young graduates.

Cape Verde also is a country marked by new educational and employment dynamics, where the massification of higher education is a problem to be solved. Based on a model of education where equality of opportunity and liberalized access to educational institutions prevail, the number of graduates leaving these institutions is increasing. In this model the country faces serious employability challenges for young people, especially for graduates in social sciences.

So this research approaches the relationship between higher education and labor market, challenges issues and a better understanding of the prospects of young graduates in the social sciences on the labor market and access to it.

Keywords : Higher education, Labour market, unemployment

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	v
RESUMO	vii
ABSTRACT	vii
ÍNDICE GERAL	viii
INDICE DE FIGURAS	x
INDICE DE TABELAS	x
SIGLAS	xi
1. INTRODUÇÃO	1
CAPITULO I- ENSINO SUPERIOR E O ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO ...	4
1.1 - O Ensino Superior no Novo Contexto Económico e Social	4
1.2 - A Transição para o mercado de trabalho dos diplomados	7
1.2.1 As novas dinâmicas/exigências do mercado de trabalho	8
1.2.2 A relevância das áreas de formação académica dos diplomados no acesso ao emprego	10
CAPITULO II- EVOLUÇÃO DOS DIPLOMADOS E CARACTERIZAÇÃO MERCADO DE TRABALHO EM CABO VERDE	14
2.1- As Políticas de Governação do Ensino Superior	14
2.2 - Diagnóstico de Caracterização do Ensino Superior	17
2.3 - Caracterização da estrutura do mercado de trabalho.....	20
2.3.1 Economia e Emprego	20
2.3.2 Caracterização da estrutura do desemprego	23
2.3.3 Caracterização do Desemprego nos diplomados.....	25
2.4 - Principais Desafios e Políticas de Inserção Profissional dos Diplomados do Ensino Superior	29
2.5 - Políticas de inserção profissional dos diplomados.....	35
CAPITULO III - PERCEÇÃO DOS DIPLOMADOS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS SOBRE A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO EM CABO VERDE	38
3.1 Abordagem Metodológica.....	38
3.1.1 Delimitação do método e técnica de investigação.....	38

3.2 Apresentação e Análise dos Resultados	43
3.2.1 Caracterização dos entrevistados	43
3.2.2 Perceção dos Diplomados das Ciências Sociais Sobre a Inserção no Mercado de Trabalho	44
CAPITULO IV- PRINCIPAIS CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	52
4.1 Principais Conclusões	52
4.2 Recomendações e Propostas de Intervenção	54
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56
ANEXOS	61
Anexo A: Caracterização da estrutura do mercado de trabalho Cabo-Verdiano.....	62
Anexo B: Guião de Entrevista:.....	64
Anexo C : Entrevistas Transcritas	66

INDICE DE FIGURAS

Figura 1: Evolução do número total de diplomados por sexo (2010-2014).....	18
Figura 2: Diplomados no estrangeiro que pediram equivalência (2000 -2014)	19
Figura 3: Evolução da taxa de desemprego (2008-2014).....	24

INDICE DE TABELAS

Tabela 1: Tipos De Inserção Profissional Por Área De Formação (% Em Coluna).....	12
Tabela 2: Evolução dos diplomados (2000 - 2014).....	17
Tabela 3: Evolução dos diplomados por área de formação (2010-2014).....	19
Tabela 4: Evolução da situação na atividade 2012-2014 (15 - 65 anos).....	22
Tabela 5: Inscritos no iefp por sexo 2014/15	26
Tabela 6: Desempregados inscritos no iefp por área de formação (2014 -2015)	28
Tabela 7: Distribuição dos docentes do ensino superior por nível de escolaridade	32
Tabela 8: Evolução dos estagiários no programa de pepap.....	36
Tabela 9: Caracterização sociodemográfica dos entrevistados	43
Tabela 10: Grelha de análise de conteúdo.....	45

SIGLAS

DGES	Direção Geral do Ensino Superior
ES	Ensino Superior
IES	Instituições de Ensino Superior
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
MESCI	Ministério do Ensino Superior Ciência e Inovação
AE	Anuários Estatísticos
DNAP	Direção Nacional Da Administração Pública
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional,
INECV	Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde
BM	Banco Mundial

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as novas dinâmicas do mercado de trabalho tornaram-se centrais para as políticas públicas, muito devido às profundas transformações económicas e sociais. Uma dessas transformações passa pelo aumento da mão-de-obra, principalmente a qualificada.

As transformações nas estruturas económicas e nas qualificações resultaram num e de um acelerado aumento de indivíduos detentores de um diploma do ensino superior; ou seja, observou-se a massificação do ensino superior (ES) acompanhada da desqualificação dos diplomas.

Pierre Bourdieu em 1966, já previa esta tendência, quando designou de “ensino de massas” a abertura da educação a todos, deixando de ser um privilégio para os pequenos grupos de herdeiros da cultura exigida pela escola. (Bourdieu 1966)

Como consequências dessa liberdade e das novas oportunidades educacionais e da massificação do ensino, rapidamente se assistiu ao aumento das estatísticas do desemprego e hoje já não se fala da democratização, mas da massificação do ensino.

O desemprego é uma das consequências do crescimento do número de instituições de ensino. Vários são os países que enfrentam o desafio do desemprego derivado do aumento da mão-de-obra qualificada. Mas o desafio/problema não está exclusivamente na massificação do ensino superior. As alterações económicas viradas para as inovações tecnológicas e para as tecnologias da informação e conhecimento, as TIC's, fizeram com que muitas áreas de conhecimento, como as ciências sociais, perdessem vantagem no mercado de trabalho, deixando muitos diplomados no desemprego.

O desemprego dos diplomados das ciências sociais constitui um problema social grave. Recentes análises em torno do mercado de trabalho dos jovens diplomados sugerem diferenciações sociais importantes principalmente entre as áreas tecnológicas e as engenharias quando comparadas com as humanidades e ciências sociais.

Esta nova realidade que advém das novas estruturas do mercado de trabalho está também presente em Cabo Verde. Um país com uma história de ensino superior consideravelmente nova, mas que já enfrenta sérios desafios na inserção profissional dos seus diplomados. Cabo Verde não fica imune aos problemas derivados da estrutura

de ensino e das mudanças económicas e tecnológicas. Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INECV) nos últimos anos houve um aumento significativo de diplomados no país sobretudo nas ciências sociais. E pelo fato de estarmos perante um país com uma economia não consolidada, são grandes os desafios para a inserção no mercado de trabalho dos diplomados.

Desta nova realidade advém a necessidade de reestruturação dos programas e das políticas públicas, redirecionando o sistema de ensino para uma melhor adequação as necessidades do mercado.

Fase ao contexto fragmentando da inserção no mercado de trabalho dos diplomados em ciências sociais em Cabo Verde, esta investigação visa perceber a relação ensino superior e mercado de trabalho no país.

O objetivo geral do trabalho é refletir sobre a relação ensino superior - mercado de trabalho em Cabo-verde para os licenciados em ciencias sociais. Pretende-se com o estudo fazer um levantamento e caracterização das perceções que os jovens diplomados têm acerca da sua inserção no mercado de trabalho. Especificamente propõe-se:

Analisar a relação ensino superior e mercado de trabalho

Caracterizar o ensino superior em Cabo Verde

Caracterizar o desemprego nos quadros superiores em Cabo Verde

Estudar a relação entre as áreas de formação superior e o mercado de trabalho em Cabo verde

Investigar sobre as expectativas e as dificuldades de inserção no mercado de trabalho dos quadros superiores da área das ciências sociais.

Para uma correta análise deste objeto empírico, iremos recorrer a um conjunto alargado de fontes de informação. Para além da consulta das fontes oficiais (análise documental), foram aplicadas entrevistas a uma amostra de diplomados das ciências sociais em situação de desemprego. Para a análise das respostas dos entrevistados foi utilizada a técnica de análise de conteúdo.

Relativamente a estrutura da presente dissertação, o primeiro capítulo é dedicado à revisão da literatura, e terá como peça central a relação ensino superior e mercado de trabalho. Sendo que são várias as teorias em torno do tema, tentamos neste capítulo

abranger as várias abordagens teóricas ligadas à articulação entre ensino superior e o mercado de trabalho atual.

O segundo capítulo aborda as questões ligadas ao ensino superior e ao mercado de trabalho em Cabo Verde. No decorrer deste capítulo são apresentados os principais desafios do país na inserção profissional dos diplomados. É feita ainda uma breve apresentação estatística da evolução dos diplomados e uma caracterização do mercado de trabalho.

O terceiro capítulo é dedicado ao estudo empírico. Neste capítulo apresenta-se uma análise sobre as perspectivas que os jovens diplomados em ciências sociais em situação de desemprego têm sobre a problemática ensino superior e mercado de trabalho em Cabo Verde.

No último capítulo do presente trabalho faz-se um balanço conclusivo da investigação realizada, apresentando as principais conclusões retiradas do diagnóstico sobre o ensino superior em Cabo Verde e do estudo empírico realizado. Tentou-se no final aliar as teorias apresentadas na revisão da literatura com as conclusões retiradas da investigação levada a cabo.

CAPITULO I - ENSINO SUPERIOR E O ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO

1.1 - O Ensino Superior no Novo Contexto Económico e Social

Denominado como era da informação, as mudanças e alterações de domínio tecnológico alterara significativamente as ideias sociais, culturais e económicas no seio das sociedades. No plano económico, assistimos à mundialização, à globalização da economia que aumentou a importância paradigmas empresariais, como a concorrência, a competitividade e a produtividade. No mundo tecnológico manifestam-se novas e profundas alterações, resultados da intensificação do uso das novas tecnologias, e novas plataformas de comunicação, que alteraram significativamente a dinâmica de relação social, económica, cultural e política das sociedades.

Com essas transformações ocorreram também mudanças no plano da educação. A formação e a especialização, nomeadamente no sistema de ensino superior, vêm-se compelidas e assumidas como um como elementos centrais no processo de modernização das sociedades, promovendo a competitividade. Além disso, nascem as chamadas indústrias e organizações, denominadas de “aprendentes ou qualificantes” (Kovács 2014). São os novos modelos de produção e de organização assentes na flexibilidade e na procura de qualidade, exigindo atualização periódica dos conhecimentos e das competências dos trabalhadores, numa aprendizagem contínua. Houve necessidade de especialização da mão-de-obra, atribuindo maior destaque à educação e à formação, que assume papel de destaque na promoção da produtividade. A produção exige uma força de trabalho centrada no domínio da informação, onde quanto mais informação o indivíduo tiver capacidade de reter, e quanto maior for o grau atingido maior será o êxito profissional. Atribui-se à educação a capacidade de oferecer as condições necessárias ao desenvolvimento económico e social de um país. Nesse contexto, o conhecimento ganha cada vez mais importância, os recursos humanos adquiriram um valor interno e externo capaz de garantir o desenvolvimento de um país, e o instruir já não é um processo de poder mas sim de necessidade pessoal, económico e social.

Autores como Arbo, P; Bennewoth, P, (2007) defendem a ideia de que conhecimento está na base do desenvolvimento e crescimento económico das sociedades, e que os territórios dependem do que os seus recursos humanos possam oferecer, e o potencial de desenvolvimento, crescimento económico de um país, de um território está

estrategicamente ligado ao valor do seu capital social e de conhecimento. Desta forma consolidou-se a percepção do conhecimento e da especialização dos recursos humanos, como uma condição essencial para o crescimento económico e para a criação de riqueza. Assim o processo de evolução das sociedades capitalistas tem sido assente na ideia de que quanto mais capacitado o ser humano for, mais contribuirá para a evolução social e ascensão pessoal. A ideia de educação/formação e especialização ganham novos contornos, tanto a nível económico e social como a nível de realização pessoal.

Por outro lado, Arbo, e Bennewoth, (2007), defendem que nos últimos tempos a formação superior ganhou mais utilidade, devido a sua importância na capacitação dos recursos humanos, como caminho estratégico para realização empresarial, requalificação do mercado de trabalho, para a sobrevivência económica e satisfação pessoal. Observa-se em todas as sociedades uma dependência em torno da divulgação da informação e do seu papel instrumental, como forma de assegurar o feito económico individual e social (Teichler 2005). Nessa medida, a massificação do Ensino Superior (ES) a que assistimos nos últimos anos constitui um pilar fundamental para o desenvolvimento económico da sociedade.

Globalmente, as novas manifestações e transformações económicas e sociais têm impacto no seio do ensino superior, na medida em que a informação assume um papel importante na economia e no desenvolvimento dos países, e onde, com a emergência das tecnologias de informação e comunicação (TIC), passam a ser a base ou força matriz no desenvolvimento económico e garantia de competitividade Muller et al (2003), citado por Castells e Cardoso (2005). Face a isto, é compreensível o seu controlo por parte dos estados nacionais, tendo em conta que perante as novas sociedades, caracterizadas como sociedades do conhecimento, o domínio da informação é considerado a principal vantagem competitiva das sociedades.

O ES , em seus diversos graus (e cada vez mais elevados), não é apenas um imperativo económico correspondente à sociedade do conhecimento e da informação. Ele passa a ser também uma realidade expressiva, de igualdade e democracia, de justiça e que desempenha um importante papel na composição da identidade dos indivíduos. Deixa de ser apenas um mero exercício de abstracção intelectual, tornando-se uma realidade social e económica. (Simão, *et all*, 2003).

Assim, perante sociedades onde as organizações operam dentro de uma complexidade de informações e de conhecimento, e uma vez que este fenómeno afeta de tal forma as sociedades, o ensino superior vê-se assim compelido a responder e a enfrentar um conjunto de desafios, e de situações emergentes das novas dinâmicas sociais e económicas. Um dos desafios passa pela conciliação do ensino superior com o mercado de trabalho.

Tendo em conta que as transformações no novo contexto económico e social se manifestam também ao nível do mercado de trabalho, a transferência e utilização do conhecimento, a carga das instituições, têm de ser adaptada às necessidades e à realidade social e económica (Drucker, 1993). É também necessário fazer convergir as áreas de especialização do Ensino Superior com as necessidades reais do mercado de trabalho e da economia, fazendo assim opções sérias e transparentes, racionalizando esforços e recursos para as áreas para as quais existem uma maior procura do mercado e que mais podem beneficiar o país.

Igualmente, a massificação do ES, para além de ser um desejo de realização pessoal, deve ser vista ainda como uma necessidade económica e social, onde as instituições desempenham um papel fundamental, ao serem confrontados com a necessidade de dar uma preparação que permita uma aprendizagem necessária à inserção no trabalho, dos quadros qualificados

Os estudos que reforçam a importância de uma interligação entre o ensino superior – mercado de trabalho, são cada vez mais numerosos. É o caso do estudo de Karlsson e Zhang, (2001), que procura demonstrar a interdependência entre conhecimento, capital humano e social, dinâmica regional do mercado de trabalho, competitividade e produtividade. Para estes autores o conhecimento é uma das formas das sociedades garantirem competitividade e produtividade, mas isso só será possível se o conhecimento transferido for dinâmico, e necessário ao mercado de trabalho

1.2 - A Transição para o mercado de trabalho dos diplomados

Sem exaustividade procurou-se, neste subcapítulo, dar conta das principais abordagens e teorias que analisam a (s) relação (s), entre o Ensino Superior e o trabalho/emprego¹.

As crescentes dificuldades que os diplomados revelam em aceder ao mercado de trabalho são marcadas pelo contingente de desempregados com o nível superior em quase todos os países. Após o período de pleno emprego, (pós -2ª guerra mundial), vive-se na atualidade um período de grande instabilidade de emprego, que abrange particularmente a população com altos níveis de ensino. Situação essa impulsionada pelo aumento e diversificação da oferta formativa, sobretudo a nível superior, e com as mudanças e ofertas tecnológicas, criando a ideia de uma relação direta entre níveis altos de escolaridade e o acesso a um emprego. É nesse contexto que surge o conflito entre as teorias naquilo que é o papel do ES no acesso ao emprego.

A relação entre o Ensino Superior e o mercado de trabalho, apesar da sua complexidade, tem sido alvo de debates a nível político, formativo, académico, e científico nas últimas décadas. O tema é complexo, e são diversas as abordagens teóricas em torno deste, originando um centralismo por parte de governos e instituições de ensino superior, na tentativa de se perceber esse fenómeno. (Ramos.M,*et all*, 2014).

A articulação entre o ensino superior e mundo do trabalho, mais concretamente no acesso ao emprego, apesar de ser um campo de investigação recente, tem sido alvo de preocupações e de estudos, como um problema social. É o caso de Dubar (2001), que define o processo de inserção profissional como um problema social que nasce quando a passagem do sistema educativo para o mercado de trabalho deixa de ser automática. A transição assume contornos de problema social Dubar (2001). Por outro lado também Alves, (2009 p.107), analisa a relação ES e mercado de trabalho como um problema social que tem como domínios na realidade social, a “reflexividade” e a “destraditionalização”. Duas características marcantes da sociedade contemporânea. Segundo Alves, (2009), sendo que no passado um diploma de ES constituía um “passaporte” para o mundo profissional, o mesmo não tem vindo a suceder nos anos

¹ A relação entre o Ensino Superior e o mercado de trabalho aqui analisada centra-se naquilo que é a entrada direta dos diplomados no mercado de trabalho sem qualquer experiência de trabalho

mais recentes, onde o acesso ao mercado de trabalho já não pode ser caracterizado como uma consequência direta e exclusiva da ação do ES.

Não obstante e devido as pressões competitivas em torno do mercado de trabalho, há uma tendência dos jovens em seguirem e prolongarem o percurso escolar na procura de diplomas que facultam a entrada no mercado de trabalho Brown, (2003), citado por Alves, 2009, p 108) caracteriza esse fenómeno de “*acquisitive learning*”. Portanto o problema social, quando se fala da relação ES e mercado de trabalho, tem uma dimensão tanto individual como social. Existe a dimensão individual de que o prolongamento dos estudos é sinónimo de estabilidade e sucesso no mercado de trabalho. Todavia para alguns autores como, Alves, (2007); Chaves, (2007), N.Alves Teicher, (2007) citados por Marques, (2009 p-88), esse percurso é insuficiente e instavel para a maioria dos seus detentores. Nesse quadro há uma descoincidência, entre o percurso académico e a obtenção de um emprego, registando em consequência fenómenos de subemprego e de desemprego. A taxa de desemprego acaba por se transformar num problema grave, realçando mais as duvidas em relação a transição para o mercado de trabalho para muitos dos jovens com um diploma (Marques, 2009).

A dimensão social, para aceder ao mercado de trabalho não basta um diploma, mas este dependerá ainda do domínio de competências técnicas e científicas exigidas pelo mercado, classificado por Murteira (2007) como “mercado do conhecimento”. Um mercado muito específico, onde a inovação alimenta a concorrência e a competitividade, onde o principal fator de atratividade na obtenção de um emprego é o nível de competência demonstrado. Mas o que está em causa não será somente as dificuldades dos jovens diplomados no acesso a um emprego e à vida ativa (derivados dos choques tecnológicos e económicos), mas também a situação laboral (flexibilidade e precariedade laboral), á qual esses jovens são submetidos.

1.2.1 As novas dinâmicas/exigências do mercado de trabalho

Na antiguidade, trabalhar era um fator de exclusão social, mas na modernidade, o trabalho remunerado é o principal elemento de referência identitária, num contexto em que o acesso ao trabalho remunerado já não é garantido a não ser por períodos limitados (Brown, 2003).

O acesso ao emprego hoje é caracterizado na maior parte das vezes por ser precário. Há uma proliferação de novas formas e vínculos contratuais não permanentes que

contribuem para uma fragmentação do emprego, e que atinge em larga escala grupos de risco, nomeadamente os jovens quadros qualificados. (Kóvacs,2006; Robalo,2003,citado por Marques, (2009, p 91).

A prática da flexibilização laboral configura-se como uma característica das novas dinâmicas do mercado de trabalho e de acordo com Marques (2009), ela afigura-se como uma estratégia seguida pelas empresas como forma a dar resposta às exigências da globalização e competitividade das economias. Isso acaba por gerar o que se caracteriza como um mercado de trabalho precário. As formas diferenciadas de trabalho e emprego, acompanhadas pela descontinuidade do vínculo laboral, e pelo domínio das TIC's, apresentam-se para os indivíduos, como uma ameaça à permanência no mercado de trabalho, ao que Castel (2001: p524), chamou de “desestabilização dos estáveis”. Para este autor as novas situações laborais diminuíram a capacidade de proteção tradicionalmente oferecida aos trabalhadores, originando a pluralização dos estatutos.

Para Marques, (2009), a maioria dos percursos profissionais caracterizam-se hoje pela incerteza, descontinuidade e menor correspondência do diploma ao emprego. Assim defende que a inserção profissional dos diplomados, como processo multidimensional (formativo, profissional, e geracional), passa cada vez mais pela sua capacidade em construir o seu projeto profissional e deterem um emprego permanente, sendo que o diploma não representa uma garantia, apesar de que a sua ausência fragiliza a capacidade de inserção profissional. Para além disso, o acesso ao mercado e a permanência dependerão da capacidade do indivíduo em adquirir e desenvolver os conhecimentos adquiridos no percurso académico, da capacidade inovadora (comunicação, trabalho em equipa, responsabilidade), e que estejam preparados para a internacionalização dos mercados laborais, que dominem novos campos (ex: informática, linguas). Percebe-se então que a inserção profissional é o resultado não só de adquirir um diploma, mas que passa a ser também resultado de uma interação entre os académicos (seus valores estratégias), os empregadores (suas lógicas e necessidades), e os diplomados (seus percursos e dinâmicas pessoais e sociais), (Alves, 2009).

A proliferação ou a massificação do ensino superior proporciona às empresas a possibilidade de escolha, tornando o processo de recrutamento mais rigoroso, por parte das empresas, mas instavel pelo lado dos jovens diplomados. Marques, (2009)

denomina esse fenómeno de “fluidez no domínio das competências”, que permite as empresas adotarem estratégias diversificadas de negociação e legitimação no mercado de trabalho.

Estando o mercado de trabalho associado às regras e normas económicas e sociais, as sociedades são confrontadas com o desafio de um fenómeno que é a qualificação dos recursos humanos para um mercado cada vez mais rigoroso, polivalente e onde a qualificação é a condição *sine-qua-non* para a obtenção de um emprego. As novas formas de trabalho passam pela interiorização de uma cultura de iniciativa empresarial e empreendedora, assente num elevado grau de qualificações académicas, de competências e orientações culturais de formação técnico científica superior. Consequentemente, a estruturação do emprego segue uma lógica de mudanças consecutivas, a nível das qualificações da população ativa, onde os domínios técnicos e científicos são altamente necessários e têm de ser articuladas com as políticas de ensino.

1.2.2 A relevância das áreas de formação académica dos diplomados no acesso ao emprego

No processo de inserção no mercado de trabalho, os jovens diplomados enfrentam incontestáveis e crescentes dificuldades no acesso ao emprego e na estabilização dos seus percursos profissionais (Ramos, et all, 2014). As dificuldades nas trajetórias de inserção profissional dos diplomados são assim influenciadas por vários fatores: aspetos pessoais, contextuais a sociedade e económicas. Sendo assim abordamos aqui as áreas formativas como uma variável que influencia a diferenciação no acesso ao emprego por parte dos jovens diplomados.

O debate sobre a relação entre formação académica e emprego centra-se muito na teoria do ajustamento entre a área de formação e no nível de competências. A formação dos diplomados é citada como potencial facilitador ou inibidor no acesso ao mercado de trabalho. Vários autores como, Trottier (2001); Machado, (2003); Chaves, (2014); Ramos, et all, (2014), apontam a área formativa do individuo como uma das mais importantes variáveis na determinação do sucesso dos percursos profissionais,

Ainda de acordo com Trottoir, (2001) citado por Ramos (2001 pp 387), o desemprego na camada dos jovens diplomados esta estritamente ligado com o nível e conteúdo da formação académica. Consequentemente há uma relação próxima entre o acesso ao

mercado de trabalho e as áreas de formação. Estamos perante o que Giret (2000), em Ramos (2014), interpreta como ausência de oportunidades, na medida em que estando os jovens inseridos em sociedades onde há um claro domínio das TIC's, o acesso a um emprego acaba por estar dependente da área de formação/especialização. A isso Ramos (2014) classifica como uma consequência do (des)ajustamento entre o ensino superior e as necessidades do mercado de trabalho, onde as empresas exigem cada vez mais adaptação dos sistemas educativos às suas necessidades.

A título ilustrativo, no estudo levado a cabo por Chaves e Morais (2014), realizado junto de diplomados da Universidade De Lisboa (UL) e a Universidade Nova de Lisboa (UNL), que concluíram o curso em 2004 e 2005, verificou-se um desajuste na vida profissional deriva da área de formação académica, onde a área de formação consitui sem dúvida o aspecto que tem um impacto mais nítido na distribuição desigual dos indivíduos pelos diferentes tipos de situação profissional². Classifica no seu estudo as situações de inserção em Portugal dos jovens no mercado de trabalho consoante a área de formação. Os formados em Educação, Artes e Humanidade, Ciências Físicas, Ciências Sociais e Jornalismo, Ciências da Vida, como as categorias profissionais de inserção clássica assalariada no mercado de trabalho. Contrariamente às áreas de formação “ Direito, Matemática e Informática, Saúde, Engenharias Industriais e Construção, Economia e Gestão, como as áreas de inserção profissional qualificante (Chaves, et al 2014. pp 99). (Tabela 1)

² Estudo “ Nívelação e desigualdade na inserção profissional de diplomados do ensino superior (Chaves, 2014) – que analisa as lógicas de reprodução das desigualdades no momento em que os diplomados se procuram incorporar no mercado de trabalho. Este estudo baseou-se num universo que agrupou licenciados das duas maiores universidades portuguesas – a Universidade De Lisboa (UL) e a Universidade Nova de Lisboa (UNL) - que concluíram os seus cursos em 2004,-2005.

Tabela 1: Tipos de inserção profissional por área de formação (% em coluna)

Tipologia de inserção profissional	Área Científica de Formação										Total licenciados UI e UNL
	Educação	Artes e Human.	C. Físicas	C.Sociais e Jornal.	C. Da Vida	Direito	Saúde	Mat. Estat. e Infor.	Eng. Ind. e Construção	Economia e gestão	
Desemprego e inserção frágil %	25	28.2	15.9	18.0	14.0	22.8	8.6	5.9	11.6	0.0	17.5
Inserção classifica e assalariada %	96.0	52.0	53.7	50.8	47.4	15.2	28.0	31.4	20.9	17.2	41.4
Inserção qualificante %	6.0	19.8	30.5	31.2	38.6	62.0	63.4	62.7	67.4	82.8	41.1
Total %	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte : Adaptado de Chaves e Morais (2014)

Derivado das necessidades do mercado, das transformações económicas, tecnológicas e sociodemográficas, que alteraram a estrutura do mercado de trabalho e as condições laborais, existem diferenciações no acesso ao emprego entre as vastas áreas de formação académica.

Chaves et al (2014), destaca ainda a proeminência explicativa na distribuição desigual dos graduados no mercado de trabalho, em que a área de formação contribui para uma explicação contínua e significativa no acesso e permanência no mercado de trabalho.

Em torno de estudos sobre a entrada no mercado de trabalho de diplomados por área de formação, temos ainda o estudo levado a cabo por Marques (2007) no estudo da M. integra “ mercado e estratégias de inserção profissional, (2007)”, que também classifica a área de formação como importante quando da inserção dos diplomados portugueses no mercado de trabalho

Através de uma seleção intencional dos cursos de licenciatura foi possível classificar as áreas de formação mais procuradas pelas empresas portuguesas da região norte. No estudo conclui-se que através dos cursos selecionados há um desfasamento na contratação pelas empresas. No total dos licenciados 38.8% formados nas áreas tecnologias e engenharias e destes 62.8% foram recrutados pelas empresas no período entre 2006 e 2007. A segunda área de formação mais representada são as ciências sociais com uma percentagem de 28.8 % de licenciados, mas somente 16.7 são

recrutados pelas empresas portuguesas. Os estudos comerciais e ciências da gestão têm um recrutamento extremamente positivo (445) face a percentagem de licenciados 8.2%.

Está-se perante um estudo que demonstra a diferença “extremamente significativo” no acesso ao mercado de trabalho entre as áreas de formação, disponibilidade das empresas em recrutar. Há uma preferência do mercado para áreas das ciências tecnológicas gestão e engenharias, o que permite relativizar um discurso em torno do desemprego na área de ciências sociais.

CAPITULO II- EVOLUÇÃO DOS DIPLOMADOS E CARACTERIZAÇÃO MERCADO DE TRABALHO EM CABO VERDE

2.1- As Políticas de Governação do Ensino Superior

A Lei de Bases do Sistema Educativo regula a educação em Cabo Verde como direito e dever do cidadão nacional. Onde o estado desempenha a função de “ promover progressivamente a igual possibilidade de acesso aos diversos graus de ensino e a igualdade de oportunidades no sucesso escolar. Cria dispositivos e meios possíveis e que devem assegurar o acesso a educação a todos, independentemente da idade do sexo, nível socioeconómico intelectual ou cultura, e crença religiosa (Art.º- 4º e 6º)

Analisada com mais ou menos intensidade nas diferentes sociedades, a educação a nível superior é tida como um elemento central no processo de desenvolvimento das sociedades. É na formação intelectual dos cidadãos que as sociedades encontram uma forma de garantir o progresso económico, justiça social, e a coesão social.

As políticas educativas do ES em Cabo Verde sempre foram delineadas não só como estratégia de crescimento económico, mas também como ferramenta para garantir a inclusão social no país, e de construção nacional. Em consequência, desencadeou-se na população um sentimento de esperança e um investimento por parte dos indivíduos e coletivos no ES. Cabo Verde um país de escassos recursos económicos, sente necessidade de canalizar os meios para capacitar os recursos humanos, preparando-os para a fixação nos quadros nacionais. (Varela, 2013). Assim, após a independência (1975), o Estado consagra na constituição de Cabo Verde dever de promover gratuitamente o acesso de todos os cidadãos aos diversos graus de ensino (art.º 40). Além do esforço generalizado para promover educação a todos, estabelece um conjunto de medidas de dinamização do ensino e da educação no país.

Durante a primeira década de independência, as políticas educativas contemplaram os diversos níveis de ensino. Em consequência disso há um crescimento considerável no ensino secundário, tornando claro a necessidade de formação superior dos quadros docentes para esse nível de ensino. Disso nasce em 1979 o curso de formação de professores para o ensino secundário, (CFPES)³, que constitui a primeira instituição do

³ Criado pelo Decreto n.º 70/79, de 28 de Julho de 1979

subsistema de ES, que tinha como objetivo servir as necessidades pontuais no país, como por exemplo a formação de professores do ensino secundário, técnicos agrícolas e gestores. A criação da CFPES, anos depois é apontado como um tímido passo, uma vez que se deveria ter partido diretamente em 1979 para a criação da universidade pública (Varela 2013).

Mas com o passar dos anos, impulsionado pela transição democrática e pela necessidade de ter um quadro profissional qualificado, no espaço de 3 décadas há uma grande expansão e democratização do ensino e em consequência da implementação e do aprofundamento das políticas de educação, e dos constantes e sucessivos programas de governo, o sistema de ensino superior cabo-verdiano evoluiu, e em 1995 o primeiro curso instituído no país, o CFPES transformou-se no Instituto Superior de Educação (ISE). Instaurado o ISE na década de 90, e instituída na estratégia política de reconstrução nacional e de desenvolvimento, o ES tem um crescimento gradual no país. Ao princípio é um movimento suportado por um ensino superior a nível público e cooperativo, (voltada para cursos técnicos e bacharelato), tais como ISE (1995), ISECMAR (1996) e ISCEE (1998), mas a partir de 2000, começam a nascer instituições de ensino superior diversificadas, “universitário público, politécnico público e ensino superior privado”. A partir desse momento o investimento na educação passa a ser um processo normal⁴, onde a política de qualificação é extremamente valorizado no progresso económico e social, na criação de um país com uma massa crítica que servirá de base para o desenvolvimento. (Varela, 2013).

Configura-se ao ensino superior a característica de ferramenta estratégica política e individual que contribui fortemente para uma afirmação e reconhecimento internacional. Contudo a rápida ascensão e procura desse nível de ensino por parte da sociedade gerou aquilo que Varela (2013), consagrou de efeitos negativos, como o fraco nível dos académicos e a elevada procura de bolsas de estudo pelos estudantes. Em prol disso, em 1990/91 é criado o decreto-lei 161/90 de 22 Dezembro o chamado “ano vestibular”, que tinha como objetivo dar uma melhor preparação aos candidatos e ao mesmo tempo um instrumento de contenção na procura de bolsas de estudo. Extinto em 1995, é criado por sua vez o “Ano zero”⁵, também extinta em 2002 com a reforma do ensino, dando lugar

⁴ Assente numa política de educação inclusiva, presente na Constituição da República e Lei das Bases do Sistema Educativo.

⁵ Previsto na lei de bases do sistema educativo como nível de acesso ao ensino superior o Ano zero tinha carácter seletivo, cabendo ao ministério da Educação afixar anualmente o número de alunos a admitir em cada uma das quatro áreas no plano de estudos

ao 12 ° ano do ensino secundário⁶. Nesse mesmo ano 2002/2003e aproveitando os recursos humanos, técnicos e logísticos utilizados na formação de docentes e por uma questão de necessidade de mercado, há uma reorientação da oferta formativa. Abre o primeiro curso técnico, o de licenciatura em Gestão e Planeamento, e em 2004/05, a abertura dos ramos técnicos dos cursos de Biologia, Geografia e Geologia, (Varela 2013). Entre a abertura do IFPES e ISE até o ano 2008, diplomaram-se nessas duas instituições 2508 pessoas.

A primeira Universidade no país só nasce em 2002 na cidade da Praia, a Universidade Jean Piaget (Uni-Piaget)⁷. A universidade pública só chega no país em 2006/2007 com a Universidade de Cabo Verde (UNICV), tornou-se operacional em 2006. Resultou da aglomeração de três pequenas instituições de ensino já existentes “ISE, ISECMAR, INIDA”⁸. Estas instituições foram criadas para dar resposta as necessidades educativas, e sustentaram o ensino no país durante vários anos. Para além dessas instituições de ensino, nos últimos 5 anos (2007 à 2012) 7 (sete) universidades privadas de menor dimensão nasceram no país nomeadamente, Universidade Lusófona, Universidade Intercontinental de Cabo Verde (UNICA), Universidade do Mindelo (UM), Universidade de Santiago (US), Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais (ISCJS) e a Escola Internacional de Artes do Mindelo (M_EIA). (MESCI 2014)

Tradicionalmente, os quadros superiores formavam-se em instituições estrangeiras, através de bolsas de estudo do próprio país e de países parceiros. De seguida e assente nas estratégias políticas de desenvolvimento do país, ajustado em larga escala com a difusão do ensino por parte das instituições de ensino superior no sector privado, num curto período de tempo a educação de nível superior sofre grande evolução, tornando-se hoje numa realidade em todo o território nacional.

Dentro das políticas de governação do ES, merece ainda referência a criação da Comissão Instaladora do Ensino Superior (CIES), em 2008, incumbida de acompanhar e assessorar as instituições de ensino e o próprio governo em relação as medidas políticas para o ES, posteriormente transformada em Direção Geral do Ensino Superior (DGES).

(Humanística, Científico Social, Científico – Natural, Artes e Design e Científico e Tecnológica), sendo a seleção feita de acordo com a média final obtida no ano Zero.

⁶ Prevista na Lei de Bases do Sistema Educativo, em 2002, através do Decreto-lei nº 15/2002 de 29 de Julho,

⁷ Primeira universidade criada em Cabo Verde, reconhecida e autorizada pelo Decreto-Lei n. 12/2001,

⁸ ISE, o Instituto Superior de Educação, na capital, Praia; ISECMAR, Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar, em Mindelo; e INIDA, Instituto Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Agrário, em São Jorge dos Órgãos

2.2 - Diagnóstico de Caracterização do Ensino Superior

No sentido de caracterizar o ES em Cabo Verde, inicialmente recorreu-se as instituições com credibilidade para facultar dados e informações de caracterização do ES no país nomeadamente o Ministério do Ensino Superior Ciência e Inovação (MESCI). No entanto os dados facultados, não permitiram à caracterização inicialmente prevista. O objetivo inicial consistia em caracterizar a evolução do ES no país de 2000 á 2014,

A caracterização que se segue do ES foi feita através dos dados dos Anuários Estatísticos (AE) de 2010 á 2014, mas à única informação conseguida sobre o ES de 2000 resume-se a quantidade de diplomados no país.

A abertura e o processo de expansão do ensino superior em Cabo Verde foram rápidos. Com início na década de 90, numa primeira fase expandiu-se a educação a população em 1979, com a criação do Curso de Formação de Professores do Ensino Secundário. A luz das profundas alterações nas políticas educacionais, especificamente no ensino superior, observou-se desde os anos 2000 uma grande aderência ao sistema de ensino por parte das Instituições de Ensino Superior (IES) bem como de alunos. Segundo os últimos dados divulgados pelo Ministério do Ensino Superior Ciência e Inovação, (MESCI 2015), o ensino superior sofreu uma variação de 517.4% entre 2000 e 2014.

Tabela 2: Evolução dos diplomados (2000 - 2014)

Ano	2000	2010	2012	2014
Cabo Verde	4423	23431	24951	27306

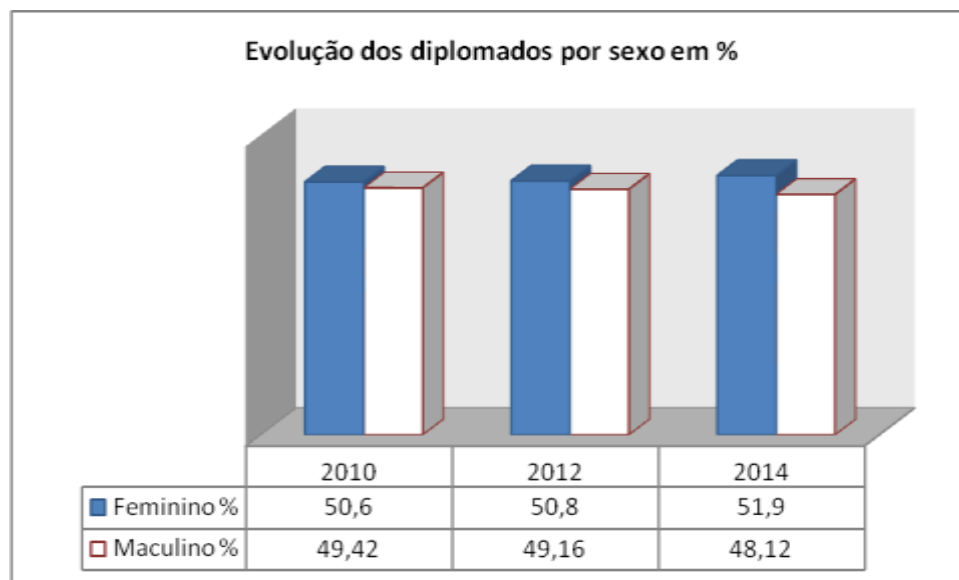
Fonte: MESCI 2015

Segundo os dados do MESCI e como se pode constatar na tabela 1, o número total de diplomados segue uma tendência crescente entre 2000 e 2014. Derivado das varias politicas de governação adoptadas desde a indepêndencia, o país de momento tem 27306 diplomados, o que equivale a 5.07% da população caboverdiana com três ou mais anos de idade e 7.3% da população em idade activa (15-65 anos). No que diz respeito ao nível de formação, 91.1% dos diplomados tem uma licenciatura, sendo as restantes distribuida entre o mestrado e os demais níveis de formação.

A população com nível superior está concentrada maioritariamente nas ilhas de Santiago, e São vicente, e isso se justifica pelo fato de serem as ilhas com maior peso populacional.

A política de igualdade de oportunidades em Cabo Verde, é também predominante no ensino superior. Há numa tendência das mulheres superarem os homens, na totalidade dos diplomados. Efectivamente no total dos diplomados em 2014 registaram-se 14167 diplomados do género feminino e 13139 do género masculino. Figura 1.

Figura 1: Evolução do número total de diplomados por sexo (2010-2014)



Fonte: MESCI / INE.CV 2015

O ensino superior cabo-verdiano centra-se em quatro áreas de formação, “ciências sociais humanas, letras e línguas (CSHL); Ciências económicas jurídicas e políticas (CEJP); ciências da vida, e do ambiente e saúde (CVAS); Ciências exatas, engenharias e tecnologias (CEET).

Das quatro áreas de formação a de (CSHL) e (CEJP) são as mais procuradas pelos estudantes. Os dados do MESCI demonstram que entre 2010 e 2014, 66% dos diplomados estavam centradas nessas duas áreas, sendo que 32 % na área de ciências sociais humanas letras e línguas e 34% nas ciências económicas jurídicas e políticas.

Considerando a evolução dos diplomados por área de formação, verifica-se que a maior taxa média de crescimento pertence à área ciências da vida, do ambiente e saúde, que entre 2010 e 2014 cresceu 132.9%, ou seja o número de diplomados nessa área mais que duplica, apesar de em termos gerais continuar sendo uma área pouco procurada no país.

A evolução nos últimos 4 anos é negativa na área de Ciências Exatas Engenharias e Tecnologias, passando de 22.8% em 2010, para os 13% em 2014, e nas Ciências Económicas Jurídicas e Políticas que também sofreram uma redução na procura de

5.2%. A evolução negativa nessas duas áreas de formação tende a durar, sendo que segundo os dados do MESCI (2015), em 2013-2014 houve uma diminuição de 115 alunos nos inscritos na área de Ciências exatas, engenharias e tecnologias, e 72 na área de Ciências económicas jurídicas e políticas.

Tabela 3: Evolução dos diplomados por área de formação (2010-2014)

Ano	Ciências sociais humanas, letras e línguas	Ciências exatas, engenharias e tecnologias	Ciências da vida, e do ambiente e saúde	Ciências económicas jurídicas e políticas
2010	30,3%	22,8%	8,8%	38,1%
2012	33,8%	22,6%	12,6%	31%
2014	33,6%	13%	20,5%	32,9%

Fonte: MESCI 2015

No que toca a formação fora do país⁹, este sofreu uma drástica alteração desde a abertura das IES.

Em 2000 cerca de 1097 indivíduos que estudaram fora retornaram ao país. Observando os dados da figura 2, nota-se que a tendência é contínua em cerca 746 estudantes por ano entre 2010/11 e 2013/14. Destes, (63.8%) relativos à licenciatura, (27%) mestrados, (1.9%) doutoramento e no total 57% são Mulheres.

Com a instituição da Universidade pública no país, os académicos que queiram continuar os seus estudos fora do país podem o fazer, mas sem bolsas de estudo, exceto o curso de medicina.

Figura 2: Diplomados no estrangeiro que pediram equivalência (2000 -2014)



⁹ Alunos enviados para o exterior para prosseguirem os seus estudos, com bolsas de estudo ou com garantia de vaga de acesso a universidade.

No domínio da investigação, as instituições cabo-verdianas mostram-se ainda frágeis. Apesar do esforço por parte de algumas instituições, na tentativa de aumentar os feitos na área de investigação, a mesma continua insipiente. Para o Banco Mundial (BM) (2012), a ausência de investigação e de produção científica é facilmente explicada pela ausência de um corpo docente, mais bem preparado para o efeito, uma vez que o corpo docente é ainda jovem, em formação e com uma fraca trajetória académica. Explica-se também pela ausência de instituições mais vocacionadas para a pesquisa, e principalmente pela ausência de incentivos financeiros (BM 2012). As despesas em investigação e desenvolvimento (I&D), em 2012 eram de 0.0% do PIB, ou seja inexistente.

A consolidação do ensino superior não poderá ser atingida sem que exista uma perfeita coordenação das atividades de investigação e de formação. Como acontece atualmente nas universidades da grande maioria dos países, será essa investigação que criará a capacidade de formação e no caso de Cabo Verde, possibilitará a rentabilização de todos os recursos disponíveis para o desenvolvimento do ensino superior bem como na construção de uma economia dinâmica e competitiva.

2.3 Caracterização da estrutura do mercado de trabalho

No processo de caracterização da estrutura do mercado de trabalho Cabo-verdiano, e para o diagnóstico que se segue, houve sempre a preocupação de se utilizar como referencial temporal, o período 2012 à 2014 (por corresponder aos anos em que houve mais dados divulgados pelo Instituto nacional de Estatística (INE) e por MESCI e por serem estes os últimos a serem divulgados).

2.3.1 Economia e Emprego

Ao longo dos anos foram várias as fases que marcaram o desenvolvimento económico e a composição social de Cabo Verde. Sendo um país muito dependente da conjuntura económica internacional, das remessas de imigrantes, a sua economia acaba por ser dependente frágil e inconstante (BM 2012). Porém e derivado da boa governação, da estabilidade política, da boa gestão económica, da abertura comercial, da maior integração na economia global, do uso responsável do apoio dos parceiros, bem como

da adoção de estratégias eficazes nos sectores sociais, observaram-se impressionantes avanços sociais e económicos em todo o Arquipélago.

O país nos últimos 20 anos conseguiu grandes avanços económicos e sociais, a começar na década de 90. Uma década marcada por um conjunto de mudanças, e reformas¹⁰, como o abandono do sistema económico centralizado e a adoção do modelo baseado na liberalização e na privatização dos principais sectores económicos. Essas reformas permitiram um crescimento e uma evolução na produção e do PIB real, que apresenta uma evolução positiva, em média de 6% anuais. A evolução do PIB per-capita permitiu posicionar o país em níveis bem acima da média dos países da África Subariana em toda a década de 90, graças à boa conjuntura económica dos seus parceiros internacionais, boa gestão dos recursos e uma política económica eficiente.

A passagem do grupo de Países Menos Avançados (PMA), para o grupo dos Países de Desenvolvimento Médio – PDM¹¹, foi um carimbo no avanço económico e social de Cabo Verde. O país, em 2015, ocupava o 122 lugar entre 187 países no Índice de Desenvolvimento Humano. Segundo os dados do Banco de Cabo Verde entre 2003 e 2008, o índice nacional de pobreza baixou de 37 % para 27%. (BCV 2015)

Apesar dos ganhos conseguidos desde 2008, em consequência da crise internacional, um dos principais motores de desenvolvimento do país, “o investimento direto estrangeiro” entra em recessão e o país enfrenta uma desaceleração no crescimento económico. De acordo com o Banco de Cabo Verde (BCV), em 2014, as atividades económicas foram afetadas pelo anémico crescimento do crédito ao sector privado, fragilizando o tecido empresarial, o investimento público e privado. Neste quadro a economia continua a apresentar uma fraca dinâmica com grandes oscilações no PIB, e uma situação orçamental desfavorável ao crescimento.

¹⁰ A liberalização monetária e financeira com autonomização da banda comercial e abertura do sector bancário a iniciativa privada, liberalização das taxas de juros, centralização da atividade do Banco de Cabo Verde nas funções de banco central (supervisão e execução da política monetária);

Privatização do sector empresarial do estado e abertura dos sectores tidos como estratégicos à iniciativa privada.

Liberalização dos preços mantendo o controlo de preços máximos

Criação de uma agência de promoção do investimento externo e das exportações

Reforma fiscal com o alargamento da base tributária e com a introdução do imposto único sobre o rendimento das pessoas singulares e coletivos (IRS, IRC)

¹¹ Cabo Verde, desde 1977 que integrava os Países menos Avançados (PMA). Em 2007, o país já tinha alcançado quatro dos oito Objetivos do Milénio para o Desenvolvimento, e os quatro restantes a serem alcançados até 2015

2.3.1.1 População Ativa e Inativa

A população Cabo-verdiana em 2014 era de 518467 habitantes. Desses, e com uma diferença não significativa, 50.9 % são Mulheres, 49.1% são Homens, e no mesmo ano 374.749 tinham 15 ou mais anos de idade.

Classificando o país no que toca a situação em termos de atividade da sua população, de acordo com os dados do INE, a população ativa em 2014 era de 217.158 indivíduos, representando mais de metade da população (57.94%) com 15 ou mais anos. Os dados demonstram que entre 2012 e 2014 a população ativa sofre perdas anuais. Uma perda de 8.661 indivíduos no prazo de dois anos, (tabela 4)

Contrariamente a população inativa tende a aumentar. Em 2012 totalizava 135.041 indivíduos, mas em 2014 esse valor já era superior em 14.5 %.

Tabela 4: Evolução da situação na atividade 2012-2014 (15 - 65 anos)

Situação na Atividade	2012	2013	2014		
			F.	M.	Total
População Ativa	225.819	221.874	98.468	118.690	217.158
População Inativa	135.041	147.054	63.811	93.780	157.591
Total	360.860	147.054			374.749

Fonte: INE 2015

A taxa atividade em 2014 é 9.3 % pontos percentuais superior entre a população masculina do que entre a população feminina. O que corresponde a uma taxa de atividade de 54.65% no sexo masculino e 45.35% no feminino. Quanto a estrutura etária das pessoas ativas, está centrada na faixa dos 35 aos 64 anos, representando 72.6% do total da população ativa. A taxa de atividade apresenta ainda uma grande discrepância nos meios de residência e por concelho, estando estes centrados nas zonas urbanas.

De referir que a população ativa, segundo dados mais recentes e analisando a repartição dos ativos em exercício pelos sectores de atividade, verifica-se que a maioria ocupava profissões ligadas ao sector terciário (65.5%), seguido do sector secundário (17.8%) e as restantes (16.7%) no sector primário. Cabo Verde, nos últimos anos tem, em termos de emprego, seguido uma tendência de terciarização. Os dados estatísticos existentes apontam o setor terciário como o principal empregador, registando um crescimento de aproximadamente 9% no setor terciário entre 2012 e 2014. (INE 2015)

No que toca aos grupos profissionais dominantes, destacam-se as profissões elementares (26.3%); serviços pessoais de proteção segurança e vendedores (23.4%); trabalhadores qualificados da indústria e construção (14%); especialistas das atividades intelectuais e científicas (10.4%).

Em termos de ramo de atividade observa-se que 35.8% da população ativa empregada desempenham funções no setor privado, com uma concentração acima dos 80% nas atividades de alojamento e restauração, e em atividade administrativas e dos serviços de apoio.

Em segundo plano estão os trabalhadores por conta própria, com 25.7% dos empregados. Desses a maior parte trabalha no comércio a grosso e a retalho, reparação de veículos e motos (55.5%).

Por último estão os empregados na administração pública que aglomeram 18.6 % dos empregos e concentram-se na segurança social educação, saúde humana e ação social.

Outra variável a ter em conta na caracterização do mercado de trabalho é o vínculo laboral. Em Cabo Verde, 58.6 % da população ativa empregada desempenha funções de precariedade uma vez que não usufruem de um contrato de trabalho. 17.4% detém contratos efetivos e por último 19.7% dos trabalhadores possuem contratos a termo indeterminado e a termo certo.

Relativamente às habilitações literárias da população empregada, os dados do INE, apontam para 8.9% abaixo do nível básico, 13.9 % com ensino superior, 40.8 % com o Ensino básico e 36.4% com o nível secundário. Através da análise destes dados constata-se que, apesar da grande concentração no nível básico dos empregados, 50.3% da população ativa empregada tem entre o ensino secundário e o ensino superior. Podemos assim constatar que inseridos no mercado de trabalho estão na maioria trabalhadores com qualificações de nível médio/superior.

2.3.2 Caracterização da estrutura do desemprego

O desemprego tem sido um dos maiores problemas da sociedade cabo-verdiana. O desemprego estrutural é que tem maior peso, o seu crescente aumento associado ao abrandamento económico coloca as questões do mercado de trabalho na lista dos

desafios de desenvolvimento do país. Sendo o sector agrícola um dos principais empregadores, a falta de chuvas associada a infertilidade dos solos tem consequências no nível de desemprego. Acresce ainda a desaceleração da atividade económica e as demais restrições económicas, que também tiveram grande impacto na procura agregada e na evolução empresarial, e consequentemente na taxa de emprego/desemprego.

Observando o passado recente do país, apesar dos consideráveis ganhos económicos e sociais, o fato da economia ser frágil e de não haver investimentos faz com que o desemprego continue sendo um problema social de longa duração. Um desemprego de contínuas formas de flexibilidade laboral e que atinge a camada mais importante da população. Estamos perante um país com uma população jovem e qualificada, com níveis de alfabetização acima dos 80%, mas que tem uma população desempregada de cerca 16% da população ativa. Tomando por base os últimos dados do INE em 2014, a população desempregada no país era de 34327 indivíduos, de uma população entre os 15 e os 65 anos.

Segundo esta instituição a taxa de desemprego começa a crescer de forma significativa entre 2010 e 2012. No prazo de 2 anos o desemprego aumentou 6.1 pontos percentuais, mantendo deste então valores consideravelmente altos (figura 3).

A duração média no desemprego é de 16.8 meses, sendo que 23.4 % dos desempregados são jovens à procura do primeiro emprego.

Figura 3: Evolução da taxa de desemprego (2008-2014)



O impacto do aumento do desemprego tem-se refletido na população jovem dos 15 e aos 24 anos que representa 35.8% dos desempregados, e os 23.9% entre os 15-34 anos. Apesar de os valores não demonstrarem diferenças significativas entre os dois sexos, 58,7% dos desempregos são Homens e 41,3% são Mulheres. É de salientar ainda que a

taxa de desemprego é superior nas zonas urbanas e atinge com maior gravidade as ilhas de Santiago e São Vicente.

2.3.3 Caracterização do Desemprego nos diplomados

A estrutura do mercado de trabalho de Cabo Verde atualmente enfrenta sérias transformações. Do lado da procura de emprego encontramos os jovens com um nível médio/elevado de formação em situação de desemprego, e do lado da oferta encontramos empresas que orientam-se no sentido da flexibilização laboral, acompanhada por uma maior exigência de qualificações e de competências.

“Se no passado um diploma de ensino superior constituía um “ passaporte” para o mundo de trabalho, o mesmo não tem vindo a suceder nos anos recentes” (Alves 2009).

A empregabilidade sendo um conceito dificilmente mensurável, o nosso objetivo centra-se numa tentativa através do estudo de algumas variáveis analisar e caracterizar a situação dos desempregados diplomados em Cabo Verde. O primeiro especto é meramente descritivo, com um fim específico: caracterizar o desemprego nos jovens diplomados. Para tal recorreu-se ao INE, ao Instituto de emprego e formação profissional, (IEFP), instituições com funcionalidade de recolher, analisar e facultar dados

As novas dinâmicas do mercado de trabalho são visíveis no desemprego, mais concretamente no desemprego dos quadros médios/superiores em Cabo Verde. Segundo os dados do INE em 2014 o desemprego era elevado nas pessoas com uma escolaridade acima do secundário. Quase 40% dos desempregados tinham entre o nível secundário e o ensino superior. Sendo que (20.7%) curso profissional, (5.7%) e (12.7%) o nível superior. Para além disso existe uma larga percentagem de desempregados (25.9%) inscritos no IEFP que não procuram emprego por frequentarem instituições de ensino e formação.

Podemos assim argumentar que o desemprego em Cabo Verde, é caracteristicamente de pessoas qualificadas. Facto é que o período de 2008 até 2014 foi um período caracterizado pelas reformas estruturais a nível laboral e de muitas transformações económicas e sociais e isso é notável por exemplo na evolução do desemprego dos diplomados no país.

Não surpreende portanto que segundo os dados do IEFP tenha-se assistido nos últimos anos um aumento significativo do número de desempregados inscritos nos centros de emprego a nível nacional.

Os dados divulgados atestam que em 2014 encontravam-se inscritos nos centros de emprego 718 diplomados a procura de emprego sendo que em 2015 esse valor baixou para os 434 inscritos. (tabela 5).

Apesar da diminuição do número de desempregados inscritos no IEFP do ano 2014 á 2015, observa-se que em ambos os anos a taxa de inscrição nos centros de emprego é superior no sexo feminino do que sexo masculino. Considerando em particular o nível de formação pode observar-se que em 2014/15 dos inscritos diplomados nos centros do IEFP 94.4% tinham o grau de Licenciatura e 5.4 % o nível de mestrado.

Tabela 5: Inscritos no IEFP por sexo 2014/15

Inscritos								
2014					2015			
	Feminino	%	Masculino	%	Feminino	%	Masculino	%
	517	72	201	28	300	69.1	134	30.9
Total		718		100		434		100

Fonte: Elaborado a partir de dados do IEFP (2014/15)

2.3.3.1 O desemprego nos diplomados das ciências sociais

Para Dubois e Vourch (2002), contribuem para a inserção dos jovens na atividade ativa três fatores fundamentais: Evolução do mercado de trabalho quanto à estrutura do emprego, ao volume do desemprego, à natureza das funções, às características das organizações que recrutam, à relação entre a oferta e a procura, a natureza da formação académica e do título obtido, características escolares e sociais dos candidatos aos empregos. No caso específico deste estudo, optou-se por um estudo que engloba unicamente o fator natureza de formação académica e do título obtido deixando por hora os restantes fatores.

Como salientado no ponto acima, a situação de desemprego em Cabo Verde, reflete-se na população ativa com maior nível de escolaridade. Sendo que segundo os dados do

MESCI, em 2014 Cabo Verde tinha cerca de 27306 licenciados, destes 3467 mil ou seja (12.8%), estavam em situação de desemprego.

Tendo em conta os objetivos do estudo, pretende-se nesse ponto caracterizar os desempregados diplomados por área de formação, a fim de contextualizar o desemprego nos diplomados da área das ciências sociais.

Desta forma a caracterização dos diplomados desempregados das ciências sociais foi efetuada tendo em conta as informações do estudo levado a cabo pelo BM e informações facultadas pelo IEFP relativamente aos inscritos nos centros de emprego em 2014 e 2015.

No estudo do BM, foram aplicados 60 questionários a 60 alunos licenciados da UNICV e da Uni-Piaget. Segundo o BM, os dados facultados pelos licenciados entrevistados já ilustra a real situação destes na inserção no mercado de trabalho. Um diferencial crescente pode ser observado quanto ao acesso ao emprego no que diz respeito as áreas de formação da amostra em estudo.

Dos 60 inquiridos 15 estavam no desemprego sendo que quase todos os desempregados eram titulares de um diploma em ciências humanas e sociais. Destes 15, 94 % ou seja 14 são formados em ciências sociais humanas e são na sua maioria do sexo feminino.

O estudo do BM observou um desemprego relativamente elevado entre os licenciados, com uma taxa preocupante entre os licenciados em ciências humanas e sociais e tal pode ser confirmado não só pela amostra do BM, mas também através dos dados do IEFP de 2014 e 2015.

Também os dados do IEFP a seguir apresentados pretendem constituir um retrato completo daquilo que é o perfil dos desempregados diplomados no país.

Em 2014 a percentagem de desempregados da área de ciências humanas e sociais, inscritos no IEFP era de 47.5%, ou seja quase metade do total dos inscritos. Seguido das ciências económicas jurídicas e políticas com 31.5%. Na área menos representada estão os diplomados em ciências da vida, do ambiente e saúde, com um quadro de desempregados inscritos não muito significativo (6.7%). Na análise dos inscritos no IEFP por sexo e área de formação, nota-se que para o ano 2014, o desemprego na área das ciências sociais era 3 vezes superior para o sexo feminino. (tabela 6).

O mesmo se verifica nos desempregados em 2015. Dos 434 inscritos 44% são da área das ciências humanas e sociais, o que corresponde a 191 inscritos e destes 76.4 % são do sexo feminino. Há um grande peso também da área das ciências económicas jurídicas e políticas com 35.4 % dos inscritos. Contrariamente as áreas de Ciências exatas, engenharias e tecnológicas e as Ciências da vida do ambiente e saúde, continuam sub-representadas.

Tabela 6: Desempregados inscritos no IEFP por área de formação (2014 -2015)

Área de formação	Inscritos											
	2014						2015					
	Feminino		Masculino		Total		Feminino		Masculino		Total	
C. Sociais Humanas, Letras e Línguas	259	75,90%	82	24,10%	341	47,49%	146	76,43%	45	23,56%	191	44,01%
C. Económicas Jurídicas e Políticas	167	73,80%	59	26,20%	226	31,48%	100	64,94	54	35,06%	154	35,48%
C. Exatas, Engenharias e Tecnol	51	49,51%	52	50,48%	103	14,35%	26	49,06	27	50,94%	53	12,21%
C. da Vida do Ambiente e Saúde	40	83,30%	8	16,7%	48	6,69%	28	77,78	8	22,22%	36	8,29%
Total	517	72,01%	201	27,99%	718	100%	300	69,12%	134	30,88%	434	100%

Fonte: Elaborado a partir de dados do IEFP (2014/2015)

2.4 - Principais Desafios e Políticas de Inserção Profissional dos Diplomados do Ensino Superior

A análise da relação entre o ensino superior e o mercado de trabalho é complexa. Com níveis e formas diferentes é um desafio que todas as sociedades enfrentam. É característico das sociedades modernas, mas com graus de especificidade diferente em cada uma. São desafios que Teicheler (2007) e Marques (2009) caracterizaram de “desafios que exprimem aquilo que é comum a todas as sociedades modernas, específico e caracteriza cada uma”.

Em Cabo Verde esse desafio é recente e está se transformando num problema social de urgente resolução.

Em relação ao Ensino Superior e não havendo uma análise das reais necessidades do mercado quando da massificação do ES em Cabo Verde, prevê-se que o impacto a nível macroeconómico e social da abertura em massa do ES no país seja cada vez mais inquietante. As questões económicas e sociais são ainda incipientes, quer do lado do indivíduo formado, bem como pelo lado económico e social. Portanto considera-se este o momento crucial de tomada de decisões políticas numa tentativa de resolução dos problemas oriundos da entrada em massa dos jovens no ES.

Face ao aumento dos desempregados diplomados as políticas públicas muito têm feito numa tentativa de integrar os quadros qualificados no mercado de trabalho, mas as mesmas têm-se revelado insuficientes. Não por uma ausência de políticas, mas sim por uma questão de eficácia na elaboração das políticas.

Assim a pressão sobre as políticas públicas, sobre o ensino superior e sobre a integração dos diplomados no mercado de trabalho é cada vez mais eminente.

Deparamos com essa preocupação no estudo levado a cabo no estudo efetuado Banco Mundial em 2012. Através desse estudo foi possível inferir que as preocupações sobre a qualidade, acreditação, a avaliação do ensino superior são coerentes e principalmente sobre a integração dos diplomados no mercado de trabalho, têm vindo a adquirir relevância e consistência nos últimos anos.

O estudo do BM (2012) reverte as suas conclusões sobre um conjunto de problemas na qualidade dos diplomados o que acarreta um problema na inserção no mercado de trabalho.

Numa revisão dos indicadores de insumos disponíveis no estudo levado a cabo pelo BM sugere que a qualidade do ensino superior em Cabo Verde é “na melhor das hipóteses razoável”. Mais importante ainda os indicadores da qualidade de ES no país, apontam para um risco real de deterioração da qualidade nos próximos anos. (BM 2012)

As fracas qualificações académicas dos docentes em termos de nível de ensino, é um dos indicadores apontados pelo BM, como influenciável na qualidade do ensino. Há por exemplo uma baixa percentagem de docentes com o grau de doutoramento, a qual o BM caracterizou como inaceitável (BM 2012 pp.56). Para além disso os académicos com doutoramento ou superior desempenha funções de “líderes académicos” mentores para a presidentes de comités académicos e líderes em pesquisa, e não para o ensino em concreto. (BM 2012)

As preocupações são ainda maiores quando se analisa a percentagem de docentes no ES que possuem somente o grau de licenciatura. Sendo que o primeiro nível do ES no país começa na licenciatura, estamos perante um país onde licenciados sem uma preparação académica suficiente, inexperientes no ensino e na pesquisa, estão a ensinar estudantes de licenciatura.

Para além disso os dados do BM sugerem ainda o problema da contratação de professores a tempo parcial, que diminuem o esforço para promover a qualidade uma vez que não há um elo entre aluno professor.

Na tese de doutoramento de Cursino Tolentino (2006), a questão do ensino superior em Cabo Verde também é debatido, principalmente vertentes económicas e sociais. Para este autor o fato dos países ou estados de pequena dimensão, pelo fato de terem ao longo dos tempos dado pouca importância ao fomento do ES, fez com que a mesma deteriora-se a nível de qualidade.

O principal desafio que o país enfrenta está claramente na impossibilidade do mercado aproveitar uma percentagem considerável de diplomados. Este enfrenta um problema de correlação entre ensino e o mercado de trabalho. Existem cada vez mais jovens diplomados no país a procura de emprego e menos oferta por parte do mercado. (Tolentino 2006)

Desta forma são várias as causas que podem ser apontadas como geradoras do desemprego nos diplomados:

I. A Inexperiência do país na formação superior e uma fraca qualificação académica dos docentes.

Numa análise dos estudos efetuados sobre o ES nomeadamente o do Banco Mundial, demonstra-se que a rapidez com que foi aberto o sistema de ES privado no país desencadeou um excesso de oferta de cursos por parte da IES sem experiência no setor, com instalações despreparadas para o ensino (ausência de laboratórios de investigação, biblioteca limitadas) e com um corpo docente também desapropriada ao desafio. A título de exemplo só no ano letivo de 2013/14 as 7 IES privadas ofereciam 153 cursos, divididos entre os vários níveis de formação¹², sendo a Uni-CV responsável por 43% dos cursos ofertados. Assistiu-se nos últimos 7 anos ao aparecimento de novas instituições, novos programas e áreas de ensino e formação sem uma regulação eficaz por parte do estado.

Para além das questões ligadas à oferta de cursos, existe ainda no sistema de ES uma divergência no corpo docente no país, que para o Banco Mundial (2012), contribui para a despreparação dos diplomados para o mercado de trabalho e conseqüentemente para o desemprego.

É inegável a importância que a qualidade da formação do docente tem na melhoria do sistema educativo e na formação de quadros. Para Zeichner Kenneth (1995), as instituições de forma individual são responsáveis pela manutenção e melhoria da qualidade do ensino superior e isso passa prioritariamente pelo recrutamento de docentes com qualidade académica e pedagógica. Assim como para Varela (2014), um dos fatores limitativos do desenvolvimento institucional e aprimoramento da qualidade do ES Cabo-verdiano foi desde sempre o baixo nível de qualificação dos docentes,¹³. Para este a abertura e massificação do ES foi um passo ousado dado a falta de

¹² As ofertas de cursos distribuem entre o CESP, o bacharelato, complemento licenciatura, Mestrado, e licenciatura. Os cursos de doutoramento são ofertados ainda só para as ciências sociais.

¹³ No ano letivo 2007/2008 ano em que nasceu a primeira universidade pública em Cabo Verde, existiam no total 458 professores no ES. Destes 254 eram licenciados, 129 mestres e 32 doutores

experiência de formação superior no país tendo em conta as limitações nacionais em termos de professores e de logística.

A mesma ideia é defendida pelo Banco Mundial, a quando o estudo efetuado sobre o ES no país (que por sinal é o único efetuado até agora), que aponta o nível académico dos docentes como um dos problemas do ES no país.

Em 2012, através do decreto-lei nº 20, foi estabelecido o referencial mínimo de qualificações do pessoal docente. Neste definia-se que por cada 120 alunos dever-se-ia integrar um doutor no corpo docente e um doutor em cada curso. Pelo menos metade do corpo docente deve ser composto por mestres, e metade deve ser quadro dos docentes da IES. Pelo acima descrito percebe-se através do decreto – lei uma tentativa do Estado em intervir, numa tentativa de colmatar o problema. Mas pelos dados publicados pelo MESCI em 2015, o certo é que em termos de qualificações académicas dos docentes, o país ainda têm fortes desafios no controlo e gestão do pessoal docente nas IES.

Como se pode constatar na tabela 5, e segundo o MESCI (2014), os professores com o nível de doutoramento continuam escassos no país. No ano letivo 2013/2014, no total dos professores recrutados do sistema educativo a nível superior (1415), 12.084 % tinham o doutoramento, 49.04 % o mestrado, 30.88% grau de licenciatura e 7.77% era pós-graduado.

Tabela 7: Distribuição dos docentes do ensino superior por nível de escolaridade

Instituição	Bacharel	Licenciatura	Pós-Grad.	Mestrado	Doutoramento	Pós-Doc.	Total
Público	1	156	22	296	90	2	567
Privado	0	281	88	398	81	0	848
Total	1	437	110	694	171	2	1415
Total %	0,0706714	30,883	7,77385159	49,0459364	12,08480565	0,1413428	100

Fonte: MESCI 2014

Nota: A maioria dos docentes desempenha funções a tempo parcial

II. A Desadequada oferta de cursos e de mão-de-obra qualificada tendo em conta as reais necessidades do mercado empregador

Uma das razões apontadas pelos governos de Cabo Verde para a institucionalização e massificação do ES no país foi a necessidade de adaptabilidade aos novos sistemas económicos mundiais, onde o investir no ensino superior traz benefícios económicos e sociais, acumulação de conhecimento e crescimento económico (BM 2012). É uma forma agressiva de construir uma economia do conhecimento nacional, com o objetivo de manter e expandir a competitividade económica.

Contudo tal só será possível adaptando as políticas educativas no quadro superior às tendências socioeconómicas mundiais, sendo que a educação científica e tecnológica é cada vez mais uma condição para o desenvolvimento e uma vantagem comparativa entre os países e as regiões. Para atingir o nível desejado as políticas públicas educativas estabelecidas a nível superior, e de inserção no mercado de trabalho tem de ser adequadas as reais necessidades do mercado. Tal como defendido por Ball (1998), em Seixas (2003), que acentua a importância da educação para a competitividade económica nacional, e uma colonização da política educativa pelos imperativos da política económica.

Cabo verde, devido a distorção ao lado da oferta ou pela ausência da dita colonização entre as políticas educativas e a política económica, ou ausência de articulação entre o sistema educativo e o produtivo, Ball (1990), conjugado com o fato de ser um país de uma economia em transição, cria um desajuste do lado da procura e da oferta de emprego originando grande agitação em torno do mercado de trabalho.

Essa ausência de coordenação traduz-se numa população ativa caracterizada como insuficiente para responder às necessidades dos empregadores. O perfil do empregado qualificado, a procura de emprego em Cabo Verde não é animador quando comparado com o perfil procurado pelo empregador. Os dados do INE e do MESCI indicam que a maior parte dos diplomados no país pertencem as áreas das ciências sociais, e das ciências económicas jurídicas e políticas. Isso indica claramente uma problemática de concentração de quadros em áreas já consideradas saturadas no mercado e uma ausência de quadros nas áreas relevantes para sociedades ditas modernas que se regem pelas tecnologias de informação e conhecimento. Por outro lado e do lado do empregador,

pelo fato de ainda estarmos perante um país com o mercado laboral de baixas qualificações, conjugado com um modesto tecido empresarial, os jovens diplomados recrutados tem de submeter-se à flexibilização laboral existente, ou se não ao desemprego, por não terem o perfil adequado à entrada no mercado de trabalho.

A Lei de Bases consagra que a política educativa de Cabo verde deve “promover a investigação, a criatividade e a inovação com vista à elevação do nível de conhecimento e de qualificação dos cidadãos, enquanto fatores de desenvolvimento nacional”¹⁴. Mas para BM (2012) os padrões de especialização definidos no país e nas IES não vão de encontro com o desejado pelo país e consagrado nas leis. As ofertas de cursos das IES, e os próprios diplomados, não estão alinhados com as políticas públicas de desenvolvimento de Cabo Verde. Em larga escala devido á um padrão consistente de excesso de licenciados em ciências sociais e humanidades, não compatíveis com as competências necessárias e almejadas para o país, que é de transformar a economia de Cabo Verde numa economia sustentável e dinâmica, tornando-a mais forte, vinculando-a aos mercados internacionais. E o fato de as políticas presentes na agenda de transformação económica de Cabo Verde, que define um conjunto de prioridades, assentes na construção de uma sociedade dinâmica competitiva e inovadora, não ajusta essas políticas aos recursos humanos e ás áreas de formação do país. A título exemplificativo, de acordo com a Direção Geral da Administração Pública maior parte dos recrutados em 2014 eram para categoria de técnicos superiores de nível I e as áreas de formação profissional mais solicitadas foram as de direito, gestão, administração pública, contabilidade, economia, fiscalidade e auditoria, gestão de recursos humanos, secretariado e comunicação. Existe um défice claro no recrutamento de pessoas qualificadas por exemplo na área das TIC’s e das engenharias.

Tendo em conta a relevância e a forma como o fenómeno do ensino superior afeta a realidade de Cabo Verde, as políticas públicas devem ser mais eficientes e eficazes, de forma a produzir um equilíbrio entre os quadros formados e as necessidades do mercado, ponderando a situação que o estado das IES e do próprio estudante/diplomado têm no mercado de trabalho. E ciente de que aquilo que o empresário procura largas vezes não vai de encontro com aquilo que as universidades estão a oferecer, há urgência

¹⁴ (artº 10º, nº 1, alínea e).

na reestruturação nas políticas educativas de forma a aproximar o lado da procura e o lado da oferta. O estado constitui assim um agente importante na transição /inserção dos jovens na vida ativa, repartindo os sujeitos ativos de acordo com a quantidade de empregos existentes, controlando o desfasamento entre a procura e a oferta de emprego.

2.5 Políticas de inserção profissional dos diplomados

Azevedo (2003), definiu “ *políticas públicas como tudo aquilo que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas comissões*”.

Podemos analisar as políticas públicas como diretrizes, e linhas estratégicas definidas pelo estado, como forma de fazer frente aos problemas que nascem nas das sociedades. Passa a ser dever do Estado apresentar formas de resolução dos problemas definindo normas dentro das sociedades.

No âmbito das políticas públicas, as principais decisões de inserção dos diplomados no mercado de trabalho vão de encontro com as tentativas/necessidades de resolver o problema do desemprego nos diplomados. Assim o governo de Cabo Verde tem de certa forma tentado dar vazão ao desemprego, através de um conjunto de políticas no sentido de amenizar a problemática do desemprego nos diplomados. Para tal um conjunto de programas já foram criadas, e representam um empenho em colmatar o problema.

O governo criou três mecanismos para apoiar a absorção dos diplomados no mercado de trabalho, para além de alguns incentivos fiscais para as empresas que contratarem jovens diplomados.

- i. Registo para procura de emprego nos centros de emprego*
- ii. Programa de estágios profissionais na administração pública*
- iii. Bolsa de estudo para a qualificação e emprego*

Desses três mecanismos de promoção de emprego, o programa de estágios na administração pública é o que mais se destacou, como uma oportunidade para os jovens diplomados na procura de emprego. O programa foi criado em 2009, e tinha como objetivo:

- i. Possibilitar aos jovens com qualificação de nível superior ou média um estágio profissional em contexto real de trabalho, que facilite e promova a sua inserção na vida ativa;*

- ii. Articular e ajustar a saída do sistema educativo formativo com as possibilidades de emprego na Administração Pública;
- iii. Criar uma bolsa de emprego, a que se possa recorrer para satisfazer as necessidades de provimento na Administração Pública;
- iv. Promover novas formações e novas competências profissionais, por forma a potenciar a modernização dos serviços públicos;
- v. Divulgar os princípios e os valores em que assenta a atividade administrativa.

Os dados publicados no relatório da Direção Nacional Da Administração Pública (DNAP), demonstram que apesar da totalidade dos concorrentes para os estágios o número de diplomados que entram no programa segue uma média de 58 diplomados por ano, e que o número de vagas disponíveis é sempre superior ao número de certificados atribuídos no final do estágio.

Quanto as candidaturas, denota-se que estas aumentaram drasticamente de 2009 á 2015 cerca de 52%. A tendência é para esses números continuarem a aumentar, sendo que de acordo com a DNAP as candidaturas para 2016 eram de 1814 candidatos. Estamos a falar de um aumento de mais de 100%. (ver tabela 8)

È pertinente acrescentar ainda que a maioria dos beneficiários do estágio fez a sua formação superior no exterior e não em Cabo verde.

Quanto aos resultados em termos de empregabilidade dos participantes no estágio, os dados demonstram um impacto positivo na empregabilidade dos diplomados por edição. A 1ª, 2ª e 3ª edição foram as que tiveram maior impacto, com (90%), (89%), (73%). (DNAP 2015).

Tabela 8: Evolução dos estagiários no programa de PEPAP

Edições	1ª (2009)	2ª (2010)	3ª (2011)	4ª (2011)	5ª (2012)	6ª (2013)	7ª (2014)	8ª (2015)
Nº de vagas	50	67	65	50	51	50	57	58
Nº de certificados	45	59	64	45	48	50	54	58
Total de Candidaturas	418	309	418	364	515	566	758	800

Fonte: Elaborado através de dados da DNAP (2015)

O programa de Bolsa de qualificação e emprego; é um programa que simplesmente permite o registo on-line para oferta e procura de emprego. É um sistema de informação que serve de entrelace entre os que procuram e os que oferecem emprego.

Em suma, apesar das tentativas do governo em gerar emprego na classe diplomada, não há uma correlação entre a quantidade de políticas públicas aplicadas e a quantidade de jovens diplomados no desemprego. E para o Banco Mundial (2012), as políticas de empregabilidade tem-se revelado insuficientes para integrar uma percentagem significativa dos diplomados no mercado de trabalho.

CAPITULO III - PERCEÇÃO DOS DIPLOMADOS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS SOBRE A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO EM CABO VERDE

3.1 Abordagem Metodológica

3.1.1 Delimitação do método e técnica de investigação

Tendo em conta os objetivos definidos para o trabalho, o estudo empírico tem como objetivos principal estudar a percepção dos diplomados em ciências sociais acerca da inserção no mercado de trabalho Cabo-verdiano. Especificamente pretende-se que os jovens diplomados das ciências sociais exponham aquilo que consideram ser os principais obstáculos no acesso ao mercado de trabalho, bem como as suas perspetivas quanto ao futuro no mercado de trabalho. Ou seja, de certa forma ambicionou-se entender e dar a conhecer os problemas, dificuldades que os jovens provenientes dos vários cursos de ciências sociais, *Direito, Sociologia, Psicologia, Ciências políticas...* têm na hora de procurar o primeiro emprego num mercado cada vez mais fechado e saturado.

Método

Para Bisquera (1989), métodos de investigação são o “caminho para chegar ao conhecimento científico”. Este permite distinguir o conhecimento científico de outro tipo de conhecimento, uma descorticação dos passos a serem dados para alcançar um fim. São os caminhos os passos que o investigador toma na tentativa de alcançar os objetivos inicialmente propostos. Ou seja é um conjunto de ideias selecionadas e princípios orientadores de todo o processo de investigação. Existem dois tipos de métodos. Métodos quantitativos e qualitativos.

O método de estudo quantitativo por norma segue um plano previamente estabelecido baseado em hipóteses e variáveis que são objetos de definição operacional.

Por sua vez o método de pesquisa qualitativa acaba por seguir uma orientação que pode ser alterada durante o desenvolvimento da pesquisa. Para além disso não procura enumerar medir eventos como no método quantitativo. A investigação qualitativa procura inda a compreensão de contextos particulares, tentando perceber o que justifica alguns comportamentos, atitudes ou convicções. O foco da investigação qualitativa de acordo com Coutinho (2014) é um paradigma de investigação que tem como objetivo

substituir as noções científicas de explicação, previsão e controlo pelas de compreensão significado e ação.

Quanto as técnicas seguindo o pensamento ainda de Bisquera (1989), são “procedimentos de atuação”, ou meios auxiliares do método. Tal como salientado ainda por Latorre et al,(1996) citado por Coutinho (2014) , quando estes afirmam que “ método é o caminho e as técnicas o modo de percorrê-lo”, o presente estudo empírico seguiu uma abordagem predominantemente qualitativa, e a entrevista foi a técnica escolhida.

A escolha desse método deveu-se ao fato de estarmos perante um método que permite aplicar uma analogia hipotético- indutivo. Baseado na teoria, o método qualitativo permite testar verificar e comprovar teorias e ou hipóteses.

De acordo com Moreira (2007), a recolha de dados a partir da análise documental apresenta como principais vantagens a grande utilidade nas investigações primárias.

Um outro processo de recolha de informação consiste na formulação de perguntas aos sujeitos que nele estão envolvidos.

Nesta perspectiva e para o presente estudo a técnica primaria para recolha de dados foi á entrevista semi estruturada. É um dos processos mais diretos que o investigador tem à sua disposição para se apropriar de informação sobre um determinado fenómeno. Caracterizados como dados primários num estudo empírico, através deles consegue-se um conjunto amplo de informações que possibilitarão um leque de conclusões.

Tendo em conta que objetiva-se dar conhecer a opinião dos diplomados em ciências sociais sobre a inserção no mercado de trabalho, foi elaborado um guião de entrevista semidirecta que permitiu recolher as informações necessárias ao progresso do estudo.

As questões do guião foram divididas em três partes: a primeira tem como objetivo obter dados para caracterização sociodemográfica dos entrevistados como idade, sexo e área de formação.

As questões da parte dois, foram delineadas com o objetivo de conhecer e saber quais e como estes caracterizam obstáculos no acesso ao mercado de trabalho. A primeira e principal questão “P1” é direta. “*Quais os principais obstáculos/dificuldade que teve na*

inserção na vida profissional?” O objetivo aqui foi de tentar perceber se os entrevistados têm uma boa percepção dos obstáculos sociais e económicas que os impossibilitam de entrar no mercado de trabalho.

Para além disso também alguns dados estatísticos foram enquadrados no guião de entrevistas, com o intuito de saber por parte dos entrevistados, até que ponto a realidade do país tem influência no acesso ao mercado de trabalho. Questionou-se, até que ponto a alta taxa de desemprego nos diplomados (19.4%), está relacionada com as exigências do mercado, da massificação do ensino superior e da qualidade de ensino. *“Cabo verde tem uma taxa de desemprego nos diplomados de 19.4%. Considera que o aumento do aumento do desemprego esta relacionado com: I- As exigências do mercado, II- A massificação do ensino superior, III- A qualidade do ensino”*

A parte três do guião engloba um conjunto de questões que tem como objetivo perceber as percepções futuras dos diplomados quanto ao acesso ao mercado de trabalho. Sendo que estamos perante um grupo de jovens desempregados formados na área das ciências sociais num país onde o mercado para a mesma área está cada vez mais saturado, foi importante questionar estes quanto as suas motivações futuras no acesso ao mercado de trabalho e sobre as políticas públicas de emprego. Averiguar até que ponto os entrevistados conhecem e identifiquem com as políticas públicas de criação de emprego para os licenciados. Foram aplicadas as seguintes questões: *“Quais seriam, em termos de políticas de emprego, a estratégia ideal para combater o desemprego e aumentar a taxa de empregabilidade nos diplomados?”* *“ Quais são as suas expectativas face ao mercado de trabalho dos licenciados em Ciências sociais em Cabo verde?”*

Para dar seguimento ao estudo foi realizado uma entrevista não-diretiva á uma amostra de 11 indivíduos provenientes das diferentes instituições de ensino público e privado do país.

As entrevistas foram realizadas via skipe, seguindo o processo de gravação através do software “ACTION”, e posterior analise. Os entrevistados resultam de uma amostra de conveniência. O primeiro contato com os participantes no estudo foi efetuado via correio eletrónico. Seguidamente oi feito um segundo contato por telefone, confirmando as datas e hora para a realização das entrevistas.

Tratamento de dados

Para realizar o tratamento dos dados recolhidos, recorreu-se à análise de conteúdo, técnica privilegiada nas ciências sociais e humanas.

O recurso a análise de conteúdo deveu-se a necessidade de tirar máximo partido de um material dito qualitativo, em oposição ao inquérito quantitativo extensivo.

A análise de conteúdo enquanto método, consiste num conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, (Bardin 2009). Ou seja o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, aplicando um conjunto de técnicas de análise das ditas comunicações que futuramente passam a verificação de hipóteses e/ou questões e descoberta do que está por trás dos conteúdos em estudo. Depois de uma primeira parte que situa a análise de conteúdo no plano metodológico prossegue-se para uma análise e apresentação dos principais resultados.

Grelha de análise: dimensões e categorias

A análise de conteúdo consiste na identificação dos temas e na construção de uma grelha de análise que decompõe ao máximo a informação singular dos entrevistados (Guerra 2006). Serão nesse caso as hipóteses/objetivos de pesquisa, as problemáticas subjacentes a grelha de entrevistas, bem como a interpretação do investigador que define as dimensões de análise e a categorização das respostas.

Para Bardim (1977) a análise de conteúdo é resultado de uma associação de palavras, que para o mesmo autor, “ a análise de conteúdo trabalha a palavra”... “ permite e ajuda a localizar as zonas de bloqueamento e de recalamento de um individuo”. Subdivide-se em 3 etapas:

1. Extrair as ***dimensões de análise*** que para Bardim (1977), é um agrupamento de determinados elementos que reúnem características comuns.
2. ***Unidades de registo*** - As unidades de registo a descrição do objeto efetuado pelos entrevistados ou seja os opiniões transcritas de forma singular, que Guerra (2006), definiu como postura restitutiva, que tem como objetivo uso da linguagem dos entrevistados.

3. A **categorização das unidades de registo**, - Categorias delineadas através das respostas. Este processo permite a junção de um número significativo de informações organizadas em categorias. Passa pelo desmembramento do texto em categorias segundo reagrupamentos analógicos. (Bardim 1977)

Nesse sentido do guião de entrevista deste estudo foram extraídas as respetivas dimensões de análise identificação das unidades de registo e posterior categorização.

3.2 Apresentação e Análise dos Resultados

3.2.1 Caracterização dos entrevistados

Dos resultados obtidos das entrevistas e no que concerne a caracterização dos entrevistados obteve-se os seguintes resultados em termos de distribuição sociodemográfica.

A amostra em estudo é constituída por 11 indivíduos, sendo 7 do sexo masculino e 4 do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 24 aos 33 anos.

As áreas de formação são diversas dentro das ciências sociais. Contudo entre os entrevistados 4 são do curso de sociologia, 2 de direito e igualmente para o curso de psicologia, 1 de geografia ordenamento do território, 1 de serviço social e 1 serviço social e políticas públicas.

No que se refere a distribuição dos diplomados pelas instituições de ensino, 7 dos entrevistados frequentou uma escola privada. Os restantes 4 frequentaram a única universidade pública do país, a UNICV.

Tabela 9: Caracterização Sociodemográfica dos Entrevistados

Idade	Sexo	Área de formação	IES de formação
31	M	SSPP	Universidade de Santiago
24	F	Sociologia	Jean- Piaget
25	M	Sociologia	Universidade de Santiago
25	M	Sociologia	Universidade de Santiago
25	F	Geografia e OT	UNICV
28	F	Serviço Social	Uni-Mindelo
33	M	Psicologia	Lusófona
29	M	Sociologia	Universidade de Santiago
24	M	Direito	UNICV
26	F	Psicologia	UNICV
29	M	Direito	UNICV

Fonte: Eaboração propria

3.2.2 Perceção dos Diplomados das Ciências Sociais Sobre a Inserção no Mercado de Trabalho

Para maior parte dos jovens a inserção profissional é um percurso cheio de obstáculos e dificuldades, em função da situação e do perfil de cada um. Rosa et al (2001), apresenta quatro aspetos que costumam ser apontados como tendo uma importância determinante na procura do primeiro emprego; São elas: o nível do diploma e do emprego procurado, que entende-se como a relação entre a oferta e a procura entre o diplomado e o mercado; as condições reunidas para ocupar o primeiro posto de trabalho, entendida como a experiências e os conhecimentos técnico, científicos e linguísticos oferecidos pelos diplomados; a proteção dos jovens no trabalho, ou seja a eficiência das políticas públicas na inserção dos jovens no mercado; e por ultimo o estado de espirito dos jovens trabalhadores e a construção do próprio emprego, que aqui entende-se como expetativas dos jovens na entrada no mercado de trabalho.

Tendo em conta o objetivo proposto e as análises teóricas feitas, a análise que se segue debruça sobre a perceção que os diplomados das ciências sociais têm da inserção no mercado de trabalho. A análise foi dividida em duas partes: A primeira incide numa análise daquilo que são os Obstáculos /dificuldades a inserção no mercado de trabalho na perspectiva dos entrevistados. A segunda parte analisa as expectativas dos jovens quanto a inserção futura no mercado de trabalho dos diplomados em ciências sociais.

Tabela 10: Grelha de Análise de conteúdo

DIMENSÃO	UNIDADES DE REGISTO	SUB-CATEGORIAS	FREQUÊNCIA
OBSTÁCULOS	Falta de experiência profissional Jovens perdem oportunidades não possuir experiência Em quase todos os concursos lançados, o principal obstáculo é a experiência Concursos nunca são baseados em qualificações mas sim em experiências O mercado de trabalho atual está cada vez mais competitivo e exigente Falta de experiência profissional na área de estudo Exigência de alguns anos de experiências profissionais comprovada na área A experiência Existe também a situação de experiência profissional	Ausência de experiência profissional	8 (7entrev.)
	O mercado de trabalho atual está cada vez mais competitivo e exigente	Exigências do mercado	1 (1entrev.)
CAUSAS DO DESEMPREGO	A massificação do ensino superior agregada ao tamanho do mercado de trabalho que temos As taxas dos diplomados são muitas altas A massificação do ensino superior. A massificação do ensino superior claro Muitas IES, muitas universidades, muita procura ...logo é a massificação do ensino superior Devido a massificação do ensino superior. Com a massificação do ES, passou a haver muitos quadros no país Devido a massificação do ensino superior... mercado de trabalho no geral em CV* está complicada Acesso as universidades é muito mais fácil o que implica aumento de formados Muita IES, muitas universidades, muita procura Um dos principais pontos do desemprego é a procura.	Massificação do ensino superior	11 (9 entrev)
	A qualidade do ensino no país	Qualidade do ensino	1 (1 entrev)
AVALIAÇÃO DAS IES	Mais preocupado com o ingresso dos alunos num curso do que a necessidade do mercado Estão mais a procura do lucro Só querem encher as salas de aula, e ganhar com as propinas Não respondem as demandas Abrem curso que se encontra saturado no mercado de trabalho Aquilo é uma empresa...estão vendo a questão de ganhar dinheiro O primeiro ponto é a questão económica e depois a questão de enquadrar nas necessidades do mercado Preocupam mais em ter um leque extenso de oferta formativa independentemente das necessidades do mercado	Procurar vender sem ter em consideração a necessidade do mercado	8 (8entrev)
	Há uns que são umas porcarias...Os professores são de baixa qualidade e não tem formação suficiente para estarem a dar aulas Os alunos estão saindo das IES muito poucos preparados		45

	sem saberem quase nada Universidades aqui em CV, mas de 80% não querem saber do que ensinam Há lacunas nos programas	Qualidade do ensino	4 (3 entrev.)
RAZÕES DE ESCOLHA DO CURSO	Desde que no fim seja doutores, o resto não importa. Por uma questão de desejo e de realização pessoal Só os mais curiosos, e orientados tem sempre orientação e acabam por escolher os cursos que lhes dá mais opções de emprego Embora tenham conhecimento da empregabilidade há também a questão pessoal Não tem em conta os níveis de empregabilidade na decisão de escolha Não escolhi pela empregabilidade, mas sim, por desejo pessoal Acho que é a do desejo pessoal Nem se quer sabem a empregabilidade dos seus cursos Seguem essa via porque gostam Momento não levei em conta o nível de empregabilidade É mais um desejo de satisfação pessoal Em função da sua realização e desejo pessoal	Desejo de realização pessoal	12 (11 entrev.)
VALORIZAÇÃO DA FORMAÇÃO SUPERIOR	Entrar somente a licenciatura não é suficiente Licenciados estão de igual modo com os alunos do 12º ano O que conta não é o fato de ser licenciado ou doutor. Mas o pessoal das ciências sociais, acho que tem de inovar e correr mais atrás do saber” Porque se quero ter as mesmas oportunidades que o outro se quero ir mais além tenho que estar sempre a renovar Há cada vez mais quadros licenciados Quem quer uma oportunidade tem que estudar mais Não é suficiente	Licenciatura não chega	8 (8 entrev.)
	Penso que um licenciado está pronto para entrar no mercado de trabalho Dependendo da capacidade do aluno a licenciatura é sim A licenciatura é suficiente sim	Licenciatura é suficiente	3 (3 entrev.)
POLÍTICAS DE REDUÇÃO DO DESEMPREGO	Aumentar os números dos estagiários profissionais Reduzir o vencimento dos gestores públicos Criação de condições para fomentar o auto emprego Criar posto de trabalho Recrutar mais jovens	Políticas de inserção profissional	6 (3 entrev.)
	Reduzir a taxa de juro de pequenas e médias empresa Não apostar só no sector turístico, sabendo que em CV não se forma só na área turística. Controlar a entrada desenfreada dos jovens nas universidades Reformar os funcionários mas cedo Reforçar parceria com outros países da língua oficial portuguesa Empreendedorismo	Melhores políticas macroeconómicas	6 (4 entrev.)
	As políticas têm de ser inclusivas Acabar com o nepotismo e partidarização da administração pública Eliminar o favoritismo e começar a atribuir as vagas por mérito	Políticas de inclusão ao emprego	3 (3 entrev.)
	Acredito que futuramente esse cenário será invertido. As nossas oportunidades são boas. As coisas estão		

EXPECTATIVAS FUTURAS	complicadas mas não podemos desistir Acho que teremos muito muitas oportunidades Espectativa é boa Acredito na sociedade Cabo-verdiana Jovens licenciados serão engajados no mercado de trabalho	Otimismo	6 (6entrev.)
	Não tenho esperança de que o problema de desemprego se resolva tão cedo Eu não vejo um futuro risonho Acho que não esta muito favorável São todos frustrados e é uma situação que ainda vai durar muito tempo Tende-se a frustrar-se dias apos dias ... há momento de frustração	Desânimo	5 (5 entrev.)

3.2.2.1 Principais obstáculos na inserção no mercado de trabalho

Sabemos que para uma rápida inserção no mercado de trabalho um estágio pode ser uma porta de acesso, pois nele podem ser adquiridas orientações e colocar em prática os conhecimentos adquiridos. (Rosa 2001).

Tendo em conta este aspeto, os participantes no estudo mencionam a ausência de experiência profissional como o principal obstáculo no acesso a um emprego. Muitos dos diplomados após o término dos estudos e estando no processo de procura de emprego enfrentam sérios desafios derivados da inexperiência profissional. O não domínio de competências técnicas demonstráveis no ambiente de trabalho faz com que encontrar um primeiro emprego seja um processo longo e doloroso.

Neste ponto é visível o peso que a falta de experiência profissional tem na tentativa desses diplomados entrarem no mercado de trabalho,

“Fiz estágio profissional durante meses, mas não foi suficiente”,

“O mercado está cada vez mais competitivo e exigente.... Jovens perdem oportunidades não possuir experiência.”

Para além disto, os entrevistados defendem também a massificação do ensino superior em cabo verde, como um dos processos que dificulta a entrada no mercado de trabalho e contribui para o aumento consecutivo do desemprego na camada diplomada. Cientes de que a taxa de desemprego dos diplomados no país é próxima dos 20%, estes apontam a entrada em massa dos jovens como um dos geradores de desemprego

A massificação do ES em larga escala parece ter gerado um número de diplomados muito superior ao número de postos de trabalho disponíveis.

Essa visão é claramente defendida e esta presente naquilo que os entrevistados entendem como obstáculos no acesso ao primeiro emprego.

“As taxas dos diplomados são muitas altas, ...exigências do mercado é uma das causas do desemprego”

“A massificação do ensino superior. Hoje acesso as universidades é muito mais fácil o que implica aumento de formados ”

Com efeito verifica-se que para os diplomados, o facto de Cabo Verde estar no processo de massificação do ensino superior, adotada como política de desenvolvimento e de igualdades de oportunidades, dificulta a entrada no mercado de trabalho, declarando que no país há um excesso na oferta de diplomados que contribui para o aumento do desemprego.

“Muita IES, muitas universidades, muita procura”

“Um dos principais pontos do desemprego é a procura”.

Como já se referiu, para Teichler e Giret (2000) citados por Ramos et al (2014), observa-se atualmente uma desvalorização das credenciais académicas e esta ideia também referida pelos diplomados cabo-verdianos, ao ponto destes igualarem uma licenciatura ao 12 ano de escolaridade

“Licenciados estão de igual modo com os alunos do 12º ano

O objetivo do estudo empírico passou ainda por evidenciar a perspectiva que os diplomados possuem face ao diploma obtido, a sua empregabilidade a nível laboral, e observou-se que a maior parte dos entrevistados consideram e tem clara consciência que existe um défice grande naquilo que é a responsabilidade das IES. Estes não consideram que as IES, estejam a responder às demandas/exigências do mercado de trabalho quando abrem cursos já saturados no mercado, e quando o corpo docente não tem capacidades técnicas e pedagógicas suficientes para formar e preparar os estudantes para o mercado de trabalho,

“As universidades estão mais preocupadas com o ingresso dos alunos num curso do que na necessidade do mercado”

“Estão mais a procura do lucro”,

A reputação das IES, na perspetiva dos diplomados, influencia de certa forma a entrada no mercado de trabalho, uma vez que não estão transmitindo os conhecimentos técnicos e científicos necessários para o mercado,

“Os alunos estão saindo das IES muito poucos preparados sem saberem quase nada”

Há uma avaliação claramente negativa do papel desempenhado pelas IES no país em prol da formação de quadros dinâmicos e competentes. Como defendido por Bowles e Gintis (1976), in Gonçalves, et al, (1998 p 138), os entrevistados parecem considerar que as IES deveriam adequar a oferta do sistema educativo às necessidades do sistema produtivo, de forma a aumentar a empregabilidade dos diplomados.

Importa ter presente ainda a ideia que, para os diplomados, as IES são como empresas que só pensam no lucro e que deixaram para trás a sua responsabilidade social na formação dos quadros superiores.

“Universidades aqui em Cabo Verde, mais de 80% não querem saber do que ensinam

“Só querem encher as salas de aula, e ganhar com as propinas”

Derivado de todos os obstáculos apresentados pelos diplomados no estudo, são vastas as posições no que toca às políticas de criação de emprego e de combate o desemprego.

Opiniões como:

“Criação de condições para fomentar o auto emprego”

“Não apostar só no sector turístico, sabendo que em CV não se forma só na área turística

“Empreendedorismo, para quem quer investir...as políticas tem de ser inclusivas” “eliminar o favoritismo, e começar a atribuir as vagas por mérito e não pela famosa “Cunha”,

“Acabar com o nepotismo e partidarização da administração pública”,

São defendidas pelos desempregados como medidas a serem adotadas pelas políticas públicas no combate ao desemprego dos diplomados.

Para além disso, os indivíduos constituintes da amostra em estudo não são imunes às distinções sociais. Nas políticas de emprego, os entrevistados abordam a questão da igualdade de oportunidades. Demonstram clara preocupação para com as questões de exclusão e inclusão social e no incentivo ao empreendedorismo. De acordo com os

entrevistados há necessidade de diminuir as burocracias, de forma a aumentar e dinamizar o tecido empresarial para que os diplomados sigam a via de criarem os seus próprios empregos e não só.

“Criação de condições para fomentar o auto emprego”

”Empreendedorismo para quem quer investir...as políticas tem de ser inclusivas”

Deste quadro é importante reter a ideia de que os diplomados nas ciências sociais defendem de uma forma geral que é preciso mais intervenção das políticas públicas no combate ao desemprego. Existe um sentimento de exclusão destes, por pertencerem a áreas de formação num mercado saturado e apelam à inclusão no mercado de trabalho. Para Castel (1995), o trabalho é também uma fonte de identidade social, pelo que a exclusão em relação a este marca os estatutos sociais das pessoas.

3.2.2.2- Expetativas futuras sobre o mercado de trabalho

As representações dos diplomados inquiridos sobre as suas expectativas futuras do mercado de trabalho remetem-nos para a teoria defendida por Teichler (2007). Segundo este autor os diplomados tendem a ser mais otimistas sobre as expectativas de trabalho, mesmo sabendo que só uma minoria terá êxito.

No nosso estudo não se pode dizer que as diferenças entre os que apresentam uma atitude positiva e negativa sejam significativas, mas é fato que dos 11 participantes no estudo, mais de metade (6 dos 11 entrevistados), demonstram uma atitude positiva face ao futuro e ao mercado de trabalho.

Existe a ideia de que a formação académica pode constituir uma oportunidade, e esta é uma constatação que leva a que os diplomados apesar das muitas adversidades continuam crentes e positivos quanto às suas expectativas futuras.

“Acredito que futuramente esse cenário será invertido. E os jovens licenciados serão engajados no mercado de trabalho.”

*“As nossas oportunidades são boas. As coisas estão complicadas mas não “
”Acho que teremos muito muitas oportunidades”*

“Espectativa é boa”

Contrariamente observa-se numa parte significativa de jovens um sentimento de frustração, que pode destabilizar a identidade social do indivíduo diminuindo a autoestima e inibindo as suas capacidades de ação.

“ São péssimas... não tenho esperança de que o problema de desemprego se resolva tão cedo ”

“Tende-se a frustrar-se dias apos dias”, acho que não esta muito favorável”

Muitos dos entrevistados, para se defenderem contra a exclusão sustentam a ideia de continuarem com os estudos como forma de integrar no mercado de trabalho. Aqui encontramos uma clara tentativa desses jovens resolverem a situação do desemprego. Estes defendem que é preciso inovar e seguir com os estudos para ter as mesmas oportunidades de emprego,

Nesse contexto os entrevistados salientam ainda a fraca importância atribuída à uma licenciatura pela sociedade civil e empregadora, e realçam a importância de uma pós graduação, ou de um mestrado e por afim.

Encontramos ainda otimismo nos diplomados quanto questionados sobre as razões de ingressarem nos cursos das ciências sociais, tendo em conta o nível de empregabilidade dos licenciados formados nessa área. Apesar de algumas opiniões contrárias as preocupações ligadas a empregabilidade não são tidas em conta momento de escolha do curso. A maioria dos entrevistados declarou que, mesmo conhecendo a situação de empregabilidade dos licenciados em ciências sociais, preferiram seguir a área.

“ Os jovens têm essa ideia. Embora tenham conhecimento da empregabilidade há também a questão pessoal”

“ Em função da sua realização e desejo pessoal porque não a nada como fazer o que gosta ”

“Acho que é a do desejo pessoal”.

Estas informações realçam uma tendência mencionada em Tavares et Al (2008), a de se observar uma ligação entre a formação académica frequentada e a identidade com a área formativa como as principais motivações de frequência dos cursos. No caso específico dos diplomados cabo-verdianos entrevistados, as razões de escolha do curso não se devem ao fato de não conhecerem as reais necessidades do mercado de trabalho na escolha do curso, devem-se a um desejo de realização pessoal,

CAPITULO IV- PRINCIPAIS CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

4.1 Principais Conclusões

Nesta ultima parte do trabalho pretende-se fazer um balanço conclusivo dos principais resultados daquilo que são as teorias do mercado de trabalho e sua relação com o ensino superior nas sociedades contemporâneas inclusive no contexto económico e social Cabo-Verdiano.

Como primeira nota, é importante salientar que a realidade do país necessitaria sem dúvida de um tratamento mais aprofundado e de um relatório mais extenso que abrangesse as múltiplas dimensões de análise, tanto no discurso teórico como no estudo empírico. Através do estudo empírico conseguiu-se identificar as situações mais criticas sobre a inserção profissional dos diplomados em ciencias sociais. Inflação dos diplomas, diplomados em situação de desemprego, políticas de integração no mercado de trabalho insuficientes, relação negativa entre a oferta de mão-de-obra e as reais necessidades do mercado, são as principais conclusões dessa investigação.

Dos dados recolhidos importa observar que apesar do valor substancial de um diploma, este tem vindo a perder importância no mercado de trabalho. No entanto, a vida laboral para Freire, estimula a vida dos indivíduos, pelo que o acesso ao emprego é uma questão de satisfação económica, social, pessoal e familiar. Os novos parâmetros de pós-graduação deveriam ser uma oportunidade de adquirir conhecimento e entrar no mercado de trabalho (Alves, 2009).

Conclui-se das considerações expostas no decorrer do trabalho que o ensino superior tem uma função importante na sociedade, mas que a mesma só tem valor quando articulada com os valores e as necessidades do mercado de trabalho. Para Alves (2009) o diploma do ensino superior não mais é um “passaporte” para o mundo profissional. A prova disto é claramente o aumento de desempregados com o grau de diplomados. O aumento do desemprego nos diplomados é um problema na maioria das sociedades onde há uma democratização do ensino a nível superior e onde o fraco mercado não consegue absorver toda a mão-de-obra.

Em Cabo Verde o número de diplomados é significativo. Apesar de ser um país onde a democratização do ensino é recente, na última década houve um aumento significativo

de jovens com qualificação superior. Em cada 100 pessoas em idade ativa (15-65 anos) 12.43 tem um diploma do ensino superior e desses, a quando da realização desse estudo 12.7% estavam em situação de desemprego.

Facilitar a transição dos jovens diplomados para o mercado de trabalho não tem sido fácil para as políticas públicas. Poucas têm sido as tentativas de inserir os jovens no mercado de trabalho. Os mecanismos de promoção de emprego adotados pelo governo entre 2009 e 2014 foram claramente insuficientes. O mecanismo que mais absorveu jovens diplomados foi o programa de estágios profissionais na administração pública, que em 2014 contou com 57 vagas de estágios para 754 candidatos.

Sendo as políticas ativas de emprego importantes nas políticas macroeconómicas de um país, esta ferramenta não tem vindo a ser aplicada de forma eficiente. Medidas de ajustamento entre a oferta e a procura de trabalho são necessárias para colocar mais jovens na atividade profissional.

É indiscutível a importância que a área de formação tem para os jovens. Conclui-se do nosso estudo empírico, cujo objetivo era o de conhecer e analisar a perceção dos diplomados em ciências sociais sobre a inserção no mercado de trabalho Cabo-Verdiano, que apesar dos obstáculos no acesso ao primeiro emprego, não há arrependimento dos jovens no que toca ao curso. Mas defendem maior esforço por parte do estado na elaboração das políticas públicas, abrindo mais vagas de emprego, atribuindo as mesmas oportunidade de emprego aos formados das diferentes áreas.

Na amostra aqui estudada não há indicadores favoráveis de inserção desses jovens no mercado de trabalho e constatou-se que reina no seio destes um sentimento de exclusão do emprego por parte dos empregadores e das entidades responsáveis pela promoção e integração no mercado de trabalho.

Há ainda a ideia partilhada pelos jovens que a massificação e a baixa qualidade do ensino superior ministrado no país são um dos principais motivos do desemprego.

Os dados recolhidos permitiram-nos ainda aferir que há necessidade de conceção e implementação de um novo sistema de ensino, onde se prese a qualidade, e onde possa haver um controlo das IES, transformando-as numa ferramenta de desenvolvimento do país pela qualidade dos serviços prestados.

Há também urgência, de forma diferenciada consoante as diferentes áreas de formação, de as políticas de ensino superior e do mercado de trabalho serem capazes de conciliar as necessidades do tecido económico de Cabo Verde, investindo mais nas áreas de formação vocacionadas para a inovação e competitividade.

O diagnóstico de caracterização do ES em Cabo Verde permitiu detetar a fraca presença dos cursos de tecnologias de informação e comunicação e uma presença significativa de cursos de Ciências Sociais e Humanas e Ciências Económicas Jurídicas e Políticas.

Resulta do excesso de oferta nessas duas áreas de formação, e da fraca oferta de diplomados nas TICs, a acumulação de desempregados, num país tecnologicamente menos avançado, que não consegue acompanhar a competitividade internacional. Para Castels (2005), existe uma correlação entre inovação tecnológica, emprego, inovação organizacional e níveis de vida dos trabalhadores.

A gestão de uma IES configura-se como uma tarefa difícil mas necessária para Cabo Verde. Pelo fato de ser um país com uma densidade demográfica baixa e jovem, torna desafiante que as políticas públicas sejam mais proactivas na gestão do ensino e do mercado de trabalho, e isto só será possível com uma relação estratégica entre as IES, o governo e a sociedade civil.

4.2 Recomendações e Propostas de Intervenção

As recomendações e propostas de intervenção aqui deixadas de uma forma geral vão de encontro com as conclusões a que se chegou através do diagnóstico elaborado sobre a real situação dos diplomados no país no acesso ao emprego. Estas apontam para a necessidade de uma maior intervenção do estado na gestão do ensino superior e na promoção do emprego nos diplomados; intervenção necessária em três parâmetros fundamentais:

- 1) Intervenção do estado no controlo das ofertas de cursos do ensino superior por parte da IES, que permitirá menor inflação do desemprego principalmente nas ciências sociais e uma maior conexão entre a oferta de mão-de-obra e as necessidades do mercado de trabalho.

A importância do conhecimento não constitui um fenómeno novo. Mas para adquirir essa importância o investimento no conhecimento não pode ser deixado somente a cargo do privado. Tem de haver um consenso económico e político em torno da importância do ensino e do conhecimento para a sociedade e juntos garantirem uma transferência de conhecimento justo e adequado, que gere competitividade e inovação.

- 2) Derivado da problemática da qualidade do ensino no país, apontada fundamentalmente pelo Banco Mundial no estudo efetuado em 2012, recomenda-se a reintegração dos testes de acesso ao ensino superior – como forma de controlo da massificação e da qualidade do ensino. Os testes permitirão efetuar um filtro dos estudantes, das suas capacidades técnicas e científicas, o que por sua vez permitira também maior controlo da qualidade do ensino no país.
- 3) Dinamização das políticas públicas de criação de emprego. Estamos perante um país onde se fala constantemente da inflação dos diplomas, mas o que se observou no estudo, é que derivado das políticas de desenvolvimento e de promoção da igualdade de oportunidades, baseadas nos princípios de democracia do país, nos últimos anos o número de pessoas com o ensino superior disparou sem que este seja acompanhado por políticas dinâmicas de criação de emprego.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARBO, Peter e Paul, Bennewoth (2007), “understanding the regional contribution of higher education institutions: *a literature review*, OECD Education Working Papers, no. 9, OECD Publishing, Paris. <http://dx.doi.org/10.1787/161208155312>

ARMSTRONG, Martin e Jim Taylor (2000), “Regional Economics and Policy” (3rd ed.). Oxford lackwell, Publishers.

AZEVEDO, Sérgio (2003), Políticas públicas: *discutindo modelos e alguns problemas de implementação*. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos (et. al.).

BALL, S. J. (1990),” Politics and policy making in education”. Londres: Routledge.

BARDIN, Laurence (2009), “Análise de Conteúdo”, Lisboa, Portugal, Edições 70, LDA,.

BISQUERA, R. (1989), “ Métodos de Investigação Educativa: *Guia Pratica*”. Barcelona: Ediciones CEAC, S. A.

BOURDIEU Pierre, (1996), “ The state Nobility : *Elite schools in the field of power*”

BOURDIEU, P. (1983). Reprodução cultural e reprodução social. In S. Grácio, S. de Miranda & S. R. Stoer (Orgs.), Sociologia da Educação – I, Funções da escola e reprodução social. Lisboa: Livros Horizonte

CASTELLS M, e Gustavo Cardoso (2005), “ A sociedade em rede: *do Conhecimento à acção política*” Confereência promovida pelo presidente da república à 4 e 5 de Março de 2005, Centro cultural de Belém

CASTELLS, Manuel (2002), “A era da Informação: *Economia, Sociedade e Cultura. Asociedade em Rede*”, Vol. 1, Lisboa, *Fundação Calosute Gulbenkian*

CHAVES, Miguel e Cesar Morais (2014), “As desigualdades sociais no ensino superior e na inserção profissional” *Sociologia Problemas e Práticas*, nº 76 , pp. 87-108.

CLAUDE, Dubar (2001), “ La construction sociale de l’insertion professionnelle”, *Education et sociétés*, nº 7 (1) pp.23-36

COUTINHO, Clara (2014), metodologias de investigação em ciências sociais e humanas: *Teoria e prática*, 2ª Ed.

DUBOIS, pierre e Vourch, Ronan (2002), “Le devenir professionnel des diplômés de DESS, *formation et Emploi* “ nº 79,

FRIERE, João (2008), E Evoluções sociais no campo do associativismo” in cabral , MV (org), *sucesso e insucesso*. Escola economia, sociedade, lisboa F.G. Gulbenkian, pp. 299-320

GONÇALVES, Carlos el al (1998), “Os Jovens, a Formação Profissional e o Emprego: *Resultados de uma investigação internacional*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

GUERRA, Isabel Carvalho (2006), “Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo”, Estoril, Príncípia Editora

KOVÁCS, Iona (coord), et al (2014)., Temas atuais em Sociologia do Trabalho , *Fundação Económicas/Almedina.*,

MACHADO, F. L. (2003), “Classes sociais e Estudantes Universitários”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 66 , pp. 45-80.

MARIE, F. M. (1999), “L’insertion des jeunes diplômés: *une formation à l’aide au choix d’un premier emploi*”, Presses Universitaires de France.

MARQUES, A. P. (2006/2007), “Mercados e estratégias de inserção profissional: *Licenciados versus empresas da região norte*”.

MARQUES, A. P. (2009), “Novas Legitimidades de Segmentação do mercado de trabalho do jovens licenciados”, *Revista Portuguesa de Educação*.

MARQUES, A.P (2007), “Mintegra, Mercados e Estratégias de Inserção Profissional - *Licenciados Versus Empresas da Região Norte : Relatório final*”
<http://hdl.handle.net/1822/8633>

MICHAEL, F. (1993), “Change Forces: Probing the Depths of Educational Reform, *School Development and the Management of Change*”, Vol. 10 1ª edição.

MOREIRA Carlos. A e Ana Azevedo (2008), « *Metodologia Científica - Contributos Práticos para Elaboração de Trabalhos Académicos* » 9ª Ed. Universidade Católica

MURTEIRA, M. (2007), “A Nova Economia do Trabalho”, Imprensa e Ciências Sociais.

RAMOS, M. et al (2014), “Os Licenciados em Portugal:” *Uma tipificação de Perfis de inserção profissional* pp. 383-400, CIES-IUL, Lisboa, Portugal

ROSA, M et al (2001), “ Alternativas de emprego dos desempregados numa Zona Crítica- *o caso de Seixal*”, Ed. IEPP

ROSA, M. et al (2003), “ Trabalho Precário: *Perspetivas de superação*”, Lisboa Ed. OEFP , 276

SANTOS, L .A e Maria Emilia Madeira, (1991), “História Geral de Cabo Verde”. Volume I, pp. 478 Lisboa, IICT/DGPCCV,

SEIXAS, A.M. (2003), “Políticas educativas e ensino superior em Portugal: *A inevitável presença do Estado*”, Coimbra: Quarteto.

SIMÃO, J. V et al. (2003), “Ensino Superior” : *Uma visão para a próxima década* (Vol. 2º). Gradiva - publicações Lda.

TAVARES, D. et al (2008), “Student’s Preferences and needs in Portuguese Higher Education”, *European Journal of Education*, Vol. 43, Nº 1, P. 107-122.

TEICHLER, U. (2005), Research on Higher Education in Europe. *European Journal of Education*, 40: 447–469.

TOLENTINO A. C. (2006), “Universidade e transformação social nos pequenos estados em desenvolvimento: *o caso de Cabo Verde*”, Lisboa- Fundação Calouste Gulbenkian.

VARELA B.L. (2013), “Evolução do ensino superior público em cabo verde: *Da criação do curso de formação de professores do ensino secundário à instalação da universidade pública*”

VARELA B.L. (2014), “O Ensino Superior em África: *potencialidades, desafios e perspectivas*” .

VITOR, E. (2006) “*Percursos de inserção no mercado de trabalho dos diplomados do ensino superior*”. Lisboa: DGEEP.

ZEICHNER, Kenneth (1995), “Beyond the divide of teacher research and academic research. *Teachers and Teaching: Theory and Practice*”, v. 1, n. 2, p. 153-172,

ZHANG Wei-Bin e Charles Karlsson (2001), “The role of universities in regional development Endogenous human capital and growth in a two-region model”, *the anual Western Regional Science Association* (35) 2 pp.179-197

Documentos oficiais

Banco Mundial, (2012). *Construindo o futuro: Como é que o Ensino Superior pode contribuir para a agenda de transformação económica e social de Cabo Verde* .

Banco de Cabo Verde (2014), Relatório anual 2014

Ministério do Ensino Superior Ciências e Inovação MESCI, (2014), Anuário Estatístico

Ministério do Ensino Superior Ciências e Inovação MESCI, (2013), Anuário Estatístico

Ministério do Ensino Superior Ciências e Inovação MESCI, (2012), Anuário Estatístico

ANEXOS

Anexo A: Caracterização da estrutura do mercado de trabalho Cabo-Verdiano

Tabela 1: distribuição em % dos empregos por ramo de atividade, IMC -2015

Ramo de actividade económica	Administração pública	Empresa privado	Empresa do Estado	Empregador	Conta própria	Ajuda familiar	Em casa de família	Cooperativa	Outra Situação	Total
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	0,9	16,4	0,5	5,1	46,0	25,8	1,9	0,5	2,9	100,0
Indústrias extrativas	26,0	23,0	0,7	3,5	40,7	2,8	0,0	2,6	0,8	100,0
Indústrias transformadoras	0,4	52,6	0,5	4,9	37,3	2,2	0,7	0,3	1,2	100,0
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	20,1	30,8	47,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,4	0,7	100,0
Capt., trat. e distr. água, saneamento, gest. resíduos	8,6	69,5	21,2	0,0	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Construção	1,3	70,4	2,5	7,2	15,7	0,2	1,0	0,0	1,8	100,0
Comércio a grosso e a retalho, reparação de veículos e moto	0,2	35,2	0,1	5,9	55,5	2,5	0,2	0,1	0,4	100,0
Transporte e armazenagem	8,2	37,9	24,6	5,3	21,9	0,3	0,0	0,0	1,8	100,0
Alojamento e restauração	0,1	83,3	0,6	4,1	10,0	1,9	0,0	0,0	0,0	100,0
Actividades de informação e de comunicação	10,5	70,1	7,2	5,1	6,2	0,0	0,0	0,0	0,9	100,0
Actividades financeiras e de seguros	23,6	67,3	9,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Actividades imobiliárias	0,0	65,1	0,0	0,0	34,9	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Consultoria científicas, técnicas e similares	0,3	70,4	12,0	1,3	10,7	0,0	0,0	0,0	5,4	100,0
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	5,2	83,4	1,9	3,7	4,5	0,1	0,8	0,0	0,5	100,0
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	97,7	0,5	1,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Educação	84,0	13,0	0,8	0,6	1,5	0,0	0,1	0,0	0,0	100,0
Saúde humana e acção social	68,3	13,5	6,5	2,0	0,0	0,0	0,0	0,0	9,8	100,0
Act. artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	4,7	43,2	0,0	1,8	41,3	0,0	0,0	0,0	9,1	100,0
Outras actividades e serviços	4,3	20,5	2,6	10,0	52,5	0,0	0,0	0,0	10,3	100,0
Actividades de famílias empregadoras de pessoal doméstico	0,3	1,7	0,0	0,2	5,5	3,8	86,1	0,0	2,4	100,0
Produção de bens, serviços pelas famílias para o uso próprio	1,4	57,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	41,5	100,0
Total	18,6	35,8	2,8	4,0	25,7	5,0	6,2	0,1	1,7	100,0

Fonte: INE / Anuário das estatísticas de emprego de 2014

Tabela 2 : Estatuto no emprego por área de formação dos inqueridos

Área de Formação	Estatuto do Emprego			Total
	Empregado	Desempregado	Estagiário	
Educação pré-escolar	5	4	0	9
Economia/gestão	8	0	0	8
Psicologia	3	4	0	7
Psicologia das organizações	4	2	0	6
Informática	5	0	0	5
Ciências da comunicação	2	0	1	3
Serviços sociais	1	0	0	1
Ciências da educação	0	1	0	1
História	1	1	0	2
Francês	0	1	0	1
Mecânica/electrónica	1	0	0	1
Geografia	1	0	0	1
Novas tecnologias de informação	1	0	0	1
Planificação de transporte	2	0	0	2
Sociologia	7	1	0	8
Contabilidade e administração	1	0	0	1
Ciências económicas	1	0	0	1
Auditoria	0	0	1	1
Matemática aplicada	0	1	0	1
Total:	43	15	2	60

Fonte: Inquérito Apotado pelo Banco Mundial a 60 diplomados, 2011.

Anexo B: Guião de Entrevista:

Perceções dos Jovens diplomados acerca da inserção no mercado de trabalho: Estudo *de caso dos diplomados em ciências sociais*

Guião de entrevista

Dados de caracterização:

1. Ano de término de licenciatura
2. Curso
3. Idade
4. Sexo
1. Quais os principais obstáculos/dificuldade que teve na inserção na vida profissional?
2. Cabo verde tem uma taxa de desemprego nos diplomados de 19.4%. Considera que o aumento do aumento do desemprego esta relacionado com:
 - I. As exigências do mercado,
 - II. A massificação do ensino superior
 - III. A qualidade do ensino
3. Acha que os estudantes têm em conta os níveis de empregabilidade da área das ciências sociais na decisão de escolha do curso? Ou escolhem em função da sua realização e desejo pessoal?
4. Como avalia o modo como as instituições de ensino estão a responder as demandas/exigências do mercado de trabalho? Considera a transferência e utilização do conhecimento adaptadas às reais necessidades do mercado?
5. Tendo em conta a sua situação de desemprego nos diplomados na área das CS parece-lhe suficiente uma licenciatura para entrar e permanecer no mercado de trabalho?
6. Quais seriam, em termos de políticas de emprego, a estratégia ideal para combater o desemprego e aumentar a taxa de empregabilidade nos diplomados?
7. Quais são as suas expectativas face ao mercado de trabalho dos licenciados em Ciências sociais em Cabo verde?